



*Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição*

ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI Nº 1.382, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003.**

**Estabelece objetivos e metas para a Educação Municipal e dá outras providências.**

**JAIR CAPODIFOGLIO**, Prefeito do Município de Santa Cruz da Conceição, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Ficam estabelecidas as metas a serem seguidas no próximo decênio na Educação Municipal, conforme Plano Municipal constante no Anexo, fazendo parte integrante desta Lei.

**Artigo 2º** - As despesas decorrentes desta Lei, onerará as dotações orçamentárias consignadas no orçamento.

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Santa Cruz da Conceição, 29 de dezembro de 2003.

**JAIR CAPODIFOGLIO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada e publicada com afixação nos lugares de costume nesta Prefeitura e arquivamento no Cartório de Registro Civil e Anexos local, na data supra.

Eunice Ap. Carvalho Baldin  
Secretária da Prefeitura

---

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**JAIR CAPODIFOGLIO**  
Prefeito Municipal

**WERA MÁRCIA GAGHEGGI MADEIRA**  
Dirigente Municipal de Educação

Santa Cruz da Conceição, 2003.

---

## Índice

Assunto	Página
Ficha de identificação	1
Apresentação	2
Histórico do município	3
Realidade municipal	7
Situação educacional	27
Proposta de ação municipal	58
Necessidades, metas, estratégias e prazos	69
Marcos legais	82
Relação de tabelas e gráficos	86

## FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

Nome do Município: SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO
Região Administrativa: CAMPINAS
Diretoria de Ensino: DIRETORIA DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA
Endereço da Prefeitura (Completo): RUA DR. JORGE TIBIRIÇÁ 970
Telefone: (19) 3567-1320
Fax: ( 19) 3567-1320
E-mail: pmscc@linkway.com.br
Site Oficial: -----
Nome do Prefeito: JAIR CAPO DIFOGLIO
Nome do Vice-Prefeito: OSWALDO MARCHIORI
Nome da Unidade de Educação: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Endereço da Unidade de Educação (completo): RUA Dr. Jorge Tibiriçá, 970 centro
Telefone: ( 19) 3567-1320
Fax: -( 19) 3567-1340
E-mail: pmscc@linkway.com.br
Nome do Titular da Unidade de Educação: WERA MÁRCIA GAGHEGGI MADEIRA
Cargo: DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## **Apresentação**

A elaboração de um Plano Municipal de Educação pressupõe uma análise da realidade municipal para a qual ele servirá. Reconhecer o espaço em todos os seus aspectos, sejam físicos, econômicos ou sociais; a dinâmica, as necessidades e anseios da população que vive no município é fundamental, para definirem-se os objetivos que nortearão a Educação nesta localidade, durante a próxima década.

Torna-se fundamental a caracterização do município através da sua história, do conhecimento das suas atividades econômicas, da sua situação geográfica, das características da sua população e sua qualidade de vida .

O trabalho com o Plano Municipal de Educação inicia-se com um retrato da Realidade Municipal de Santa Cruz da Conceição, onde serão analisados dados geográficos como localização, acesso e caracterização do seu relevo, hidrografia e clima que auxiliarão no entendimento do estilo de vida de sua população.

Na seqüência, será enfocada a Situação Educacional no município. Neste item, serão analisados dados sobre oferta e qualidade no atendimento à população, a organização administrativa, formas de gestão e recursos financeiros que dão sustentação ao trabalho educacional.

No último bloco, encontram-se as propostas e o Plano de Ação para o próximo decênio.

Garantir condições de uma boa escolarização e formação das crianças significa dar-lhes condições para o pleno exercício da cidadania.

## Histórico do município

### A História de Santa Cruz da Conceição

As origens de Santa Cruz da Conceição situam-se no período que sucedeu a independência do Brasil. O jovem país buscava fixar na agricultura o esteio de sua economia, que se apoiara, até algumas décadas atrás, na extração de ouro e diamantes. Com o esgotamento da mineração em Minas Gerais, muitos dos seus habitantes migraram em busca de outras terras, mais próprias para o estabelecimento de fazendas e produção agropecuária. A província de São Paulo acabou se beneficiando desse fluxo, que impelia mineiros e paulistas a avançar sertão adentro, a oeste da estrada que ligava São Paulo a Goiás.

Os viajantes europeus que percorreram o interior do Brasil nessa época registraram esse momento, como, por exemplo, o francês Saint-Hilaire. Vindo de Goiás para São Paulo, no ano de 1819, ao percorrer o trecho entre Franca e Jundiá relatou a existência de novas fazendas e engenhos ao longo da estrada, a maioria de proprietários vindos de Minas Gerais.

Entre 1800 e 1820 chegaram os pioneiros de Pirassununga, Limeira e Rio Claro, derrubando a mata e formando lavouras de milho, cana-de-açúcar e feijão. Também trouxeram matrizes e iniciaram a criação de porcos, bois e carneiros.

Num processo contínuo de avanço rumo oeste, os descendentes desses pioneiros, assim como outros vindos de Mogi-Mirim, Campinas, Jundiá ou Bragança, seguiram, nas décadas seguintes, desbravando o desconhecido sertão, até então habitado somente por indígenas nômades.

Em 1836, foi fincada uma cruz num cruzamento da estrada que ligava Pirassununga a Rio Claro, em terras doadas para povoamento. A gleba era de vinte e um alqueires, e começou a ser ocupada no ano seguinte. Sete anos depois, havia já uma capela, e ali se celebrou a primeira missa no novo povoado: era três de maio, que o calendário da igreja católica dedica à Santa Cruz.

Nas décadas que se seguiram o núcleo passou por discreto mais contínuo crescimento, até que, por volta de 1860, um novo produto agrícola chegou às terras santacruzenses. Era o café, trazendo uma nova era de desenvolvimento para a província.

Com produtividade espantosa nas férteis terras paulistas, o café exigia uma rede de transporte compatível com o volume e o valor do que se chamou posteriormente "ouro verde". Começou então a expansão ferroviária, inaugurada com a ligação entre o porto de Santos, a capital e Jundiá, no ano de 1867.

À medida que se expandia o cultivo do café, as ferrovias estendiam suas linhas. Em 1876, a Companhia Paulista chegou a Limeira e a Rio Claro. Num ponto intermediário, foi construída uma estação, denominada Cordeiro, de onde os planos da companhia previam uma derivação rumo norte, com destino

a Ribeirão Preto. Acenderam-se os ânimos no povoado de Santa Cruz, que se desenvolvia e já contava com uma igreja, recém-construída, não mais com uma simples capela.

As obras da nova linha, chamada na época "Estrada do Mogy-Guassu", começaram no mesmo ano, e, em abril de 1877 era inaugurada a estação de Araras. A seqüência das obras, porém, decepcionaram os santacruzenses: a partir de Araras a ferrovia avançou por um traçado que passou cerca de cinco quilômetros distante de Santa Cruz, e, em outubro de 1878 foi inaugurada a estação de Pirassununga.

Mesmo sem a sonhada estação, Nossa Senhora da Conceição de Santa Cruz atingira um desenvolvimento tal que justificava sua oficialização. Assim, em 23 de janeiro de 1881 o povoado foi elevado à condição de freguesia, sob jurisdição do município de Araras. Quatro anos depois, outro ato legal transferiu-a para o município de Pirassununga.

A freguesia, porém, não durou vinte anos. Antes do final do século emancipou-se, com o nome de Santa Cruz da Conceição, conforme a Lei 533, de 4 de julho de 1898. Eram de fato novos tempos: já não havia mais escravos, o Brasil adotara o regime republicano, e muitas novidades causavam deslumbramento: telefone, energia elétrica, fotografia.

O jovem município iniciou o século XX com cerca de sete mil habitantes, quase todos na zona rural, onde a agricultura, principalmente o café, fazia a riqueza local, de São Paulo e do Brasil. E as famílias santacruzenses mais antigas tinham novos vizinhos: os imigrantes europeus, ali estabelecidos em busca da terra que a pátria distante não lhes proporcionara.

O desenvolvimento das primeiras décadas do novo século não foi apenas econômico. Santa Cruz também se preocupou com a educação, e, em 1923, estava pronto o belo prédio construído para abrigar a escola da cidade. A instalação do Grupo Escolar, porém, só foi efetivada pelo Estado no final da década seguinte.

Nessa mesma década, uma seqüência de fatos alterou a vida de Santa Cruz da Conceição. Houve mudanças no governo federal, com a ascensão de Getúlio Vargas, em seguida eclodiu a Revolução Constitucionalista, e, em 1934, ocorreu um golpe ainda mais duro: a perda da autonomia política. Pelo decreto 6448, de 21 de maio de 1934, Santa Cruz da Conceição volta à condição de Distrito, agora pertencente ao município de Leme. E, cerca de um mês mais tarde, o decreto 6526 transferiu parte do antigo território de Santa Cruz para o município de Pirassununga.

A nova situação, sem dúvida desfavorável para Santa Cruz, não durou duas décadas. Em 1953, a luta emancipacionista teve êxito, e a lei 2456, de 30 de dezembro, restabeleceu o município. Nessa mesma década concluiu-se a pavimentação da rodovia Anhangüera. O Brasil iniciava a era automobilística, inaugurando, em São Bernardo do Campo, a primeira das grandes montadoras que aqui se instalaram.

Dessa época em diante, as linhas férreas foram sendo, em sua maioria, desativadas, e Santa Cruz, com acesso a uma grande rodovia, já não se sentia em desvantagem. Seu desenvolvimento, porém, não levou a resultados de incremento populacional, urbano, comercial e industrial como aqueles verificados nas cidades vizinhas Leme e Pirassununga. A força de Santa Cruz permaneceu na agricultura.

Nas últimas décadas, apesar das muitas mudanças associadas à globalização econômica, como a modernização verificada nos meios de produção, inclusive com a agroindústria, a duplicação da Anhangüera, a adoção de novos hábitos como o uso de celulares e Internet, Santa Cruz da Conceição não abandonou o modelo de cidade-refúgio, onde as relações pessoais fazem a vida mais saudável, e a relação com o ambiente natural é mais intensa. Com o represamento do ribeirão do Roque e do ribeirão do Moquém, a cidade ganhou ares de veraneio, e o município passou a vislumbrar possibilidades ainda maiores com o turismo, aproveitando o potencial natural já perdido pelas grandes cidades, e que os santacruzenses tão bem souberam preservar.

Fontes consultadas:

Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição;  
"Viagem à província de São Paulo", Auguste de Saint-Hilaire - Edusp/Livraria Itatiaia Editora, São Paulo, 1976;

Sites: [www.seade.org.br/memória](http://www.seade.org.br/memória) das estatísticas demográficas/histórico  
[www.autoban.com.br/conheça](http://www.autoban.com.br/conheça) a AutoBan/História-Anhangüera  
[www.estacoesferroviarias.com.br/cronologia](http://www.estacoesferroviarias.com.br/cronologia) das ferrovias em sp

## Realidade Municipal

## I. Dados Geográficos

### Localização e acesso

O município de Santa Cruz da Conceição localiza-se na região centro-oriental do Estado de São Paulo, limitando-se com Pirassununga, Leme, Corumbataí e Analândia. Suas coordenadas geográficas são: 22°08'20" S e 47°27'14" W, na sede municipal.

Faz parte da Região de Governo de Limeira, a qual compõe a Região Administrativa de Campinas. Na divisão estabelecida pelo IBGE, Santa Cruz da Conceição faz parte da Microrregião de Limeira, que, por sua vez, compõe a Mesorregião de Piracicaba. Na divisão dos Correios, que determina o Código de Endereçamento Postal, pertence ao Setor Postal de Araras, da Sub-região Postal de Campinas.

Partindo-se da capital do Estado, chega-se a Santa Cruz da Conceição pela Rodovia Anhangüera (SP330), tomando-se um acesso no km 194. Desse ponto até a sede municipal são mais cinco quilômetros. Um outro acesso liga a sede à mesma Anhangüera no km 198, também com cinco quilômetros.

O centro urbano mais próximo de Santa Cruz é Leme, a dez quilômetros. Ali a população santacruzense utiliza-se do comércio mais especializado e de serviços como hospital, bancos e terminal rodoviário.

### Caracterização geográfica

O município de Santa Cruz da Conceição totaliza 155 km<sup>2</sup>, de acordo com a Fundação SEADE. O IBGE divulga 149 km<sup>2</sup>, e a Prefeitura Municipal computa 162 km<sup>2</sup>. Seja qual for o dado mais real, fica abaixo da média dos municípios paulistas, que é de 385 km<sup>2</sup>. A maior distância no sentido leste-oeste é de 18 km, e no sentido norte-sul de 12 km.

O relevo é ondulado e a altitude vai de 590 m junto ao leito do ribeirão do Roque, no extremo leste do município, até 800 m ou pouco acima, na região limítrofe com Analândia e Pirassununga. A sede municipal fica a 640 m acima do nível do mar. O clima da região é tropical de altitude, com estação chuvosa entre os meses de outubro e março. A temperatura média anual é de 23°C e a precipitação média anual de 1303 mm. Em termos de vegetação original, a região é de ocorrência da Mata Atlântica, com manchas de Cerrado nas áreas de solo mais pobre.

A totalidade do território santacruzense fica na bacia do ribeirão do Roque, afluente do Mogi-Guaçu. O ribeirão do Roque é formado pelos ribeirões do Arouca e Moquém.

A sede municipal localiza-se na porção sudeste do município, cerca de 2 km do limite com o município de Leme. Nela residiam 1.934 pessoas no ano de 2000, ou seja, 55% do total municipal. Na zona rural havia 1.597 moradores, ou 45%

Realidade municipal \_\_\_\_\_ 8

do total municipal, uma taxa que diferencia Santa Cruz, se compararmos a taxa da Região de Governo de Limeira, que é de 6%, ou mesmo a do Estado, que é de 6,6%. Entre os bairros rurais destaca-se o Paraíso, equipado com escola e posto de saúde.

A atividade econômica do município está baseada na agricultura, pecuária e indústria cerâmica. Há também uma indústria de laticínio.

A cidade de Santa Cruz da Conceição originou-se no interflúvio Ferreira / Sabino, afluentes do Moquéim. Nas últimas décadas, porém, a cidade expandiu-se em direção deste, cujo represamento forma um lago de 20 alqueires que é a marca atual da cidade. O perímetro urbano totaliza 2 km<sup>2</sup>.

A população santacruzense utiliza-se do terminal rodoviário de Leme para poder viajar para Araras, Campinas, São Paulo, pois não existem linhas intermunicipais que sirvam o município, com exceção da empresa de transportes Lima e Lima Ltda. que faz transporte entre Santa Cruz e Leme e a empresa Bertin & Gomes, Transportes LTDA (Paraíso) que faz o transporte entre Santa Cruz e Pirassununga. Quanto ao transporte urbano não existem linhas internas.

## II. Saneamento Básico

Tabela 1

Município de Santa Cruz da Conceição -2000	
Saneamento	%
Abastecimento de Água - Nível de Atendimento (Em %)	99,29
Esgoto Sanitário - Nível de Atendimento (Em %)	94,18
Coleta de Lixo - Nível de Atendimento (Em %)	99,65
Domiciliar/Comercial - Aterro Sanitário (Em %)	100

Fundação SEADE

Na zona urbana de Santa Cruz da Conceição a totalidade do município é atendida por água tratada, e aproximadamente 95% é servida pela rede de esgoto. A coleta de lixo atende 100% dos domicílios urbanos e cerca de 40% dos rurais. Há uma estação de tratamento de água e prestes a iniciar a nova captação de água para o município. A rede de esgoto está com obras previstas para o início de 2004.

## III. Habitação

A partir do levantamento de carências habitacionais realizado pelo IBGE em 2001, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, constatou-se que Santa Cruz da Conceição não possui registros de ocorrência de favelas ou assemelhados, cortiços, loteamentos clandestinos ou irregulares.

Não há deficiência habitacional no município. Nos últimos anos foram implantados três conjuntos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). O primeiro denominado **AUGUSTO GAVAZA** localiza-se no CENTRO e beneficiou 27 famílias. O segundo denominado **Paschoal Gané**

localiza-se no centro e beneficiou 62 famílias e o terceiro denominado **ÂNGELA MARIA REMÉDIO CAPODIFOGLIO** localiza-se entre o bairro Santa Julieta e o centro da cidade e beneficiou 50 famílias.

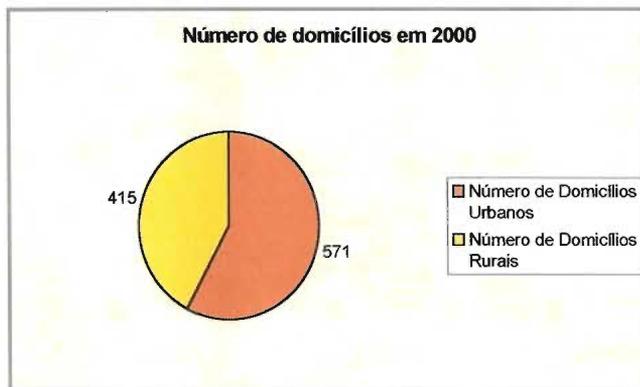
No total, o município de Santa Cruz da Conceição possui, segundo dados da Fundação SEADE de 2000, 986 domicílios, sendo 571 urbanos e 415 rurais, conforme tabela seguinte.

Tabela 2

Município de Santa Cruz da Conceição	
Habituação	2000
Número de Domicílios	986
Número de Domicílios Urbanos	571
Número de Domicílios Rurais	415

Fundação SEADE

Gráfico 1



Fundação SEADE

Na zona urbana do município existe os seguintes Bairros: Alto das Águas, Parque Santa Julieta, São João, Jardim Enseada, Vila Portal do Lago, Jardim Andréa, Jardim Fausto Zaghetti, e Vila Lê Petit. Os Bairros da zona rural são: Santa Julieta, Alvorada, Saúde, Paraíso, Palmeiras, Ponte Nova, Moquém, Areal, Serrinha, Cachoeirinha, Santa Rosa, Souza Queiroz e Morim.

#### IV. Saúde

Santa Cruz da Conceição conta com uma Unidade Básica de Saúde urbana denominada Centro de Saúde "Dr. José Tadeu Mourão" que oferece atendimento de Clínicas Básicas em Pediatria, Gineco-obstetricia e Clínica Geral. O Programa de Saúde de Família, conta com um médico e sua especialidade é na área de cardiologia. Oferece ainda atendimento básico em saúde mental, fonoaudiologia, odontologia, programa do hipertenso e diabético: posto de coleta de exames clínicos exames para diagnóstico: ultrasson e eletrocardiografia. Os procedimentos são: leitos de observação, vacinas, prevenção do câncer ginecológico e de mama, visitas domiciliares, pequenas

cirurgias e ainda inalações, curativos, Botas de Uma, etc. As atividades executadas como suporte são de fonoaudiologia, psicologia ao escolar e Projetos Sociais. Existem ainda vários benefícios oferecidos à população em Educação e Saúde: Viva Leite, Bolsa alimentação; Palestras: Exames de saúde do trabalhador; Vigilância epidemiológica; Vigilância sanitária; Zoonoses, Grupos de gestantes; grupos de hipertensos e diabéticos e Programa Agita Santa Cruz.

Conta ainda com uma Unidade de Saúde em Bairro Rural que tem atendimento clínico, pediátrico, odontológico e de enfermagem.

O programa de saúde da família atinge 100% da população. São realizados em média, 3.288 atendimentos ao mês, o que significa média de 149 atendimentos/ dia. Em 2002, foram realizados 39.456 atendimentos.

Os encaminhamentos quando de Média Complexidade são feitos para as cidades de Leme, Limeira, Araras, Piracicaba e Campinas e quando de alta complexidade para Piracicaba, Limeira e Campinas.

#### V. Economia

Conforme dados da Fundação SEADE, em 2000 a renda *per capita* em Santa Cruz da Conceição era de R\$ 334,90, e a renda média do responsável pelo domicílio de R\$ 798,26.

Observação sobre a Renda Per Capita:

**Fonte:** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE  
Fundação João Pinheiro - FJP  
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

**Definição:** Renda média dos indivíduos residentes em uma determinada localidade. A partir do Censo, soma-se toda tipo de renda obtida pelos moradores da localidade (salários, pensões, aposentadorias e transferências governamentais, entre outros). O resultado é dividido pelo número de habitantes da localidade. (IPEA)

A economia santacruzense baseia-se principalmente na agropecuária. A indústria mais importante é a de cerâmica.

Conforme pode-se constatar na tabela seguinte, do total de 98 empresas no município, com CNPJ e sem filiais, 83 foram criadas a partir de 1985, sendo que destes, 37 a partir de 1995. São portanto empresas com menos de 20 anos de existência.

Tabela 3

Sedes de empresas com CNPJ - única unidade local - sem filiais	
Ano de fundação	quantidade
até 1969	2
1970 a 1974	2
1975 a 1979	3
1980 a 1984	8
1985 a 1989	20
1990 a 1994	26
1995 em diante	37
<b>Total</b>	<b>98</b>

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 1998; Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

Dentre os tipos de empresa do município, aqueles classificados como *Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais* com 39 estabelecimentos é o tipo de empresa mais frequente. Em seguida, encontram-se os classificados como *Alojamento e alimentação* com 23 estabelecimentos e *Produção e distribuição de eletricidade, gás e água* com 21 estabelecimentos.

Tabela 4

Sedes de empresas com CNPJ por tipos	quantidade
agricultura, pecuária e silvicultura	1
indústria extrativa	4
produção e distribuição de eletricidade, gás e água	21
construção	0
comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais	39
alojamento e alimentação	23
transporte	2
intermediação financeira	0
atividades imobiliárias, aluguéis e serviços	0
administração pública, defesa e seguridade social	1
educação	0
saúde e serviços sociais	0
outros serviços coletivos sociais e pessoais	7
<b>Total</b>	<b>98</b>

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 1998; Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

Observando-se a tabela seguinte, constata-se que as empresas que ocupam maior número de trabalhadores assalariados são aquelas compreendidas entre os anos de 1970 e 1974. As empresas mais recentes, de 1995 em diante utilizam pouca mão de obra assalariada.

Tabela 5

Pessoal ocupado assalariado - unidades locais	
ano de fundação	pessoas
até 1962	2
de 1970 a 1974	140
de 1975 a 1979	37
de 1980 a 1984	4
de 1985 a 1989	134
de 1990 a 1994	85
de 1995 em diante	28
<b>Total</b>	<b>430</b>

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 1998; Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

As maiores indústrias de transformação da região chegam a ocupar 119 pessoas em suas unidades.

Tabela 6

indústrias de transformação	
Pessoal ocupado assalariado - unidades locais -	quantidade
1 a 4	12
5 a 9	7
10 a 19	0
20 a 29	27
30 a 49	34
50 a 99	119
100 ou +	0
<b>Total</b>	<b>199</b>

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 1998; Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

Unidades classificadas como comércio, oficinas de reparação de automóveis e objetos pessoais totalizam 39 unidades dentre as 98 existentes por ocasião do levantamento do IBGE, ocupando 68 pessoas nesse ramo de atividades.

Tabela 7

comércio; reparação de veículos automotores; objetos pessoais e domésticos	
Pessoal ocupado assalariado - unidades locais	quantidade
1 a 4	11
5 a 9	6
10 a 19	18
20 a 29	0
30 a 49	33
50 a 99	0
100 ou +	0
<b>Total</b>	<b>68</b>

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 1998; Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

Outro grande empregador é a administração pública, que ocupa o total de 134 pessoas segundo IBGE, Cadastro Central de Empresas 1998; Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

- Comércio e Serviços

O comércio em Santa Cruz da Conceição é relativamente intenso, apesar do porte da cidade. São 78 estabelecimentos cadastrados na Prefeitura. São lanchonetes, padarias, restaurantes, bares, postos de gasolina, cerealistas, mercados, etc.

A seguir, a relação dos estabelecimentos comerciais de Santa Cruz da Conceição:

1. Agropecuária Peres Ltda
2. André Luís Batista ME
3. André Vinicius de A.Moraes ME

4. Ângela de Lourdes Zuliani ME
5. Ângelo Clóvis Pisetta - ME
6. Antonio L. Pontes - Lanch. ME
7. Aparecida Ignês Vasques Capodifoglio ME
8. Auto Posto Bar e Churrascaria Ltda
9. Auto Posto Cristal Leme Ltda
10. Auto Posto J. Romão Ltda
11. B.S. de Sousa ME
12. Bar e Churrascaria Gauchão Ltda
13. Bar e Mercearia Zaghetto Ltda ME
14. Benedito Capodifoglio loja
15. Benedito Noel Marchiori - ME
16. Bontempelli & Bon. Ltda - ME
17. Carlos A. Peres - ME
18. Cerâmica Taufic Ltda
19. Cerealista Lingoleme Ltda - ME
20. Claudete A.B. Ali - ME
21. Com. Benf. Cereais Felipe Ltda
22. Com. Deriv. Petróleo Veleiro Ltda
23. Délcio Bezerra - ME
24. Doralice dos S. De Carli - Me
25. Dorival Vicente Marcondes - ME
26. Elnos Brito de Souza ME
27. Euclides Tambolim
28. F.Mendes Júnior - ME
29. Fabrício S. Marchiori
30. Francisco de Carli Mercearia ME
31. G.Viana dos Santos Bar - ME
32. Gilberto Cândido de Paula
33. Her. de João Pedro Viella ME
34. Izilda Moraes Cazelli ME
35. J.J. Roseno Pereira - ME
36. João Donizete Altoé - ME
37. José Augusto Felipe
38. José C. Tambolini - ME
39. José Carlos Arcangelo
40. José Henrique de Carli Ext. Areia
41. Josefina de C. Bontempelli - ME
42. Kenichi R. Ichiba - ME
43. Lanchonete Pesque e Pague e.Velho Ltda
44. Lanchonetona SCC Ltda ME
45. Lisi & Ganéo Ltda
46. Lopes & Comin Areias Especiais Ltda
47. Luciana Cristina Folster - ME
48. M. de Lourdes de Moraes ME
49. M. de Souza Bezerra ME
50. Malena Ap. Souza Beraldo - ME
51. Marchiselli Ltda - ME
52. Marconi & Vieira Ltda
53. Maria Lúcia de Ol.Grillo - ME

54. Maria Nelza Capodifoglio ME
55. Mauricio Luiz Begnani - ME
56. Medi&Souza Ltda ME
57. Milton Zanichelli ME
58. Mineração Tambolim ME
59. Moacir Lucas Bar
60. MRF Comercial Ltda
61. Onofrea da Paixão
62. Padaria e Confeitaria Faldoni Ltda
63. Parra e Zabaglia Ltda - ME
64. Raquel C. Mendes Z. Penteado
65. Record.de Compr. Santa Cruz
66. Reinaldo A. Neitzl - ME
67. Reinaldo Zanóbia Veiculos
68. Renata Albers Santarosa ME
69. Rest. Lanch. Papaleguas Ltda ME
70. Ricardo da Costa Aleixo - ME
71. São Francisco Produtos Alimentícios Ltda
72. Sérgio Pimenta Costa
73. Sônia Ap. Roversi Luvisotto
74. Tessari e Filhos Ltda
75. TNA dos Santos Rocha - ME
76. Vinícius Benedito
77. Wanderlei de Barros Ávila ME
78. Wanderlei Piva - ME

Quanto aos serviços, existem 33 estabelecimentos com cadastro na Prefeitura de prestadores de serviços - Pessoa Jurídica. São eles:

1. AM. Bellon - EPP
2. Ambiental Agr. Ltda - EPP
3. Ambiental Citrus Ltda -EPP
4. Ambiental Conservação Ltda
5. Ambiental Logística Ltda - EPP
6. Ambiental Serv. Agrícolas LTDA
7. Associação Pesc. da Represa
8. Bertin & Gomes Ltda
9. Bertin & Gomes Transp. Ltda
10. Cebras Serv. de Ass. S/C Ltda
11. Centro de Assistência Social
12. Com. Marketing E E S/C Ltda
13. F.C. Cianflone - EPP
14. Gima Com.e Recreação Ltda
15. Ivaldo Ap Tambolim - ME
16. J.A de Souza - EPP
17. João Fioramonte Filho e ou
18. José Elias F. Ceridório - ME
19. Kessel Com. e Serv. Ltda - Me
20. L.L. do Nascimento EPP

21. Lotérica Santa Cruz Ltda
22. Maria Ap. Comin Carvalho (Jornal Tribuna)
23. N.A. Lopes EPP
24. Nossa Caixa - Nosso Banco
25. R.E. Correa - EPP
26. S. Rosa Colheiras Rurais S/C
27. S.H. Col Rurais S/C Ltda
28. Santa Catarina Colh. Rurais
29. Santa Edwiges Colh Rurais
30. Santa Maria Colh Rurais S/C
31. Santa Tereza Colh Rurais
32. Sofesa Soluções S/C Ltda - EPP
- Walter Luís Tambolim - ME

Os prestadores de serviços de Sociedade Civil são em 4 :

1. Barramares Transportes
2. Atma Transportes Ltda
3. Belaterra Agropecuária Ltda
4. Associação Meio Ambiente e Patrimônio Histórico AMA-PHAC

- Agropecuária

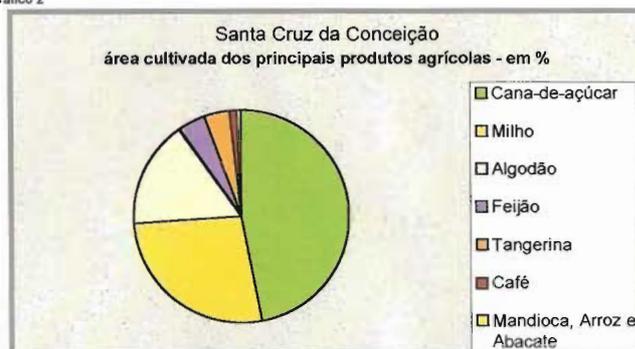
Santa Cruz da Conceição é município com forte vocação agropecuária. Sua produção é bastante diversificada, mas existe uma predominância da cultura de cana-de-açúcar. Na seqüência, encontramos a cultura do milho e algodão.

Tabela 8

Produto	área cultivada (ha)
Abacate	3
Algodão	600
Arroz	5
Café	43
Cana-de-açúcar	1700
Feijão	150
Mandioca	10
Milho	980
Tangerina	140

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 1998; Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

Gráfico 2



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 1998; Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

Principais produtos da pecuária em reais

Tabela 9

Produção	Reais
Casulos do bicho-da-seda	R\$ 3.137,00
Leite de vaca	R\$ 835.810,00
Mel de Abelha	R\$ 11.283,00
Ovos de codorna	R\$ 178.546,00
Ovos de galinha	R\$ 2.061.095,00

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 1998; Malha municipal digital do Brasil: situação em 1997.

Em 1999, segundo dados do IBGE, a pecuária apresentou uma produção de aproximadamente 3 milhões de reais. A maior produção foi a de ovos de galinha, seguida da produção de leite de vaca, como pode-se constatar na tabela anterior.

A agropecuária tem se apresentado como forte alavanca para o desenvolvimento da região. O uso de modernas e eficientes técnicas aliadas, voltadas sobretudo para pequenos e médio produtores, têm contribuído sensivelmente para o crescimento do setor.

As principais propriedades rurais no município são:

Tabela 10

Nome	Alqueires	produção
Fazenda N. Senhora Aparecida	230	gado de corte
Fazenda Campo Alegre	145	gado de corte
Fazenda Recreio São José	107	gado de corte/leite
Fazenda Santana	102	cana-de-açúcar
Fazenda Santa Cruz	74	laranja
Fazenda Santa Cândida	61	cana-de-açúcar
Fazenda Santa Terezinha	54	laranja
Sítio Engenho Novo	*	milho/frango de corte
Sítio Anhangüera	*	algodão / milho
Sítio São José	*	avicultura/ovos

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Existem 471 propriedades agrícolas cadastradas no município, sendo 400 delas menores de 50 hectares, em um total de 14.140 hectares.

- Indústrias

A maiores indústrias da região são ligadas à produção de cerâmica, sendo que há na cidade uma indústria de taticínios.

Foi criado ao longo da rodovia que interliga Santa Cruz da Conceição à rodovia Anhangüera, o distrito industrial, como forma de incentivo à implantação de pequenas empresas não-poluentes no município. O distrito não se encontra ocupado até o momento.

#### Principais indústrias

Tabela 11

Cerâmica Riviera Ind. e Com. Ltda
Cerâmica Barrobelo Ind. e Com. Ltda
Cerâmica Taufic - Ind. e Com. Ltda
Cerâmica Barreiro Ltda
CEMAC Produtos Cerâmicos
Cerâmica Barramares Ltda
Moraghi Piso e Revestimento Ltda
Capodifoglio & Cia Ltda - ME
Usina Santa Lúcia SA
Roberto Luís Lisi ME
Mapri Ind. e Com. de Art. de Concreto Ltda - ME
Mini Usina de Leite - Jamava
Gilsom Donizete Beraldo -ME
Mudifil Fiação Ltda
Orion Indústria Aeronáutica Ltda
Eduardo da Silva - artesanato
U.S.I. Açúcar e Alcool

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

#### VIII. Cultura, esporte e lazer

O Centro da cidade possui todos os serviços necessários para a comunidade local: Prefeitura, Agência Bancaria, Comercio, Escolas, Creche, Centro de Saúde, Praças Públicas arborizadas, Igrejas, e outros.

A Praça da Matriz Nicanor Sampaio Albers, é um importante ponto de encontro da comunidade e região, onde se localiza a Igreja Matriz Imaculada Conceição, que são realizadas as festividades do município, a seguir destacadas:

Dia do município 3 de maio	Na semana que antecede esta data, realizam-se shows, eventos esportivos e religiosos, muitas barracas são montadas; "comes e bebes", artesanatos, presentes e existe intensa participação da população local e região. No dia o Desfile Cívico e dos cavaleiros é o ponto culminante da festa.
Dia da Padroeira 8 de dezembro	Dia de muitas festividades, atos religiosos e quermesse. A procissão e a missa coroam o encerramento do dia.
Dia da Criança	Festa dedicada às crianças na Praça da Matriz, com distribuição de guloseimas e muitas brincadeiras. Existe grande participação da comunidade local.
Festas Juninas	Tradicional acontecimento da cidade no mês de junho que envolve toda a comunidade.
Semana Santa	São eventos de cunho religioso: missas e procissões.
Carnaval	Apresentação do trio elétrico pelas ruas e bailes de salão no Centro de Lazer do Trabalhador.
Corrida de São Silvestre	Realização da corrida com participação dos atletas do município, premiação e queima de fogos.
Bairros Rurais	Quermesses ao redor das capelas locais.

Existe ainda a Praça São Benedito, onde está localizado o Centro Comunitário e são realizados os encontros do Grupo Renascer (3ª Idade) e alguns eventos festivos.

Nos bairros rurais há as capelas, onde a população se reúne em datas festivas e/ou comemorativas.

Há também outras igrejas evangélicas como a Igreja Adventista do Sétimo Dia, Congregação Cristã do Brasil e Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

A Biblioteca Pública Municipal Alice Gagheggi Ganéo, é a única do município. Dispõe de um acervo de 10.014 títulos e recebe em média 500 pessoas por mês. 80% das consultas são realizadas por crianças e jovens, que buscam a biblioteca para a realização de pesquisas escolares.

O Estádio Municipal de Futebol Pref. Acácio Tessari, tem capacidade para 2000 pessoas aproximadamente. Costuma ser utilizado em jogos amistosos, campeonatos de clubes locais e convidados, além de festas e eventos.

O Centro de Lazer do Trabalhador Pref. José Gagheggi é um espaço livre e muito utilizado pelas crianças, jovens e adultos, com diversões no conjunto aquático, churrasqueiras, campo de futebol e onde estão também localizados o salão de festas, local em que são realizados os

baile, festas de casamento, encontros religiosos, conferências, reuniões, formaturas e outros e o Ginásio de Esportes Carlos Kock Habermann muito utilizado para a prática de esportes.

O Centro de Convivência da Juventude Márcio Faldoni, criado através de parceria com o Estado e contrapartida da Prefeitura, atende a 25 jovens no Espaço Amigo. Trata-se de um projeto que visa oferecer um programa de ações complementares à escola de apoio psicossocial e sócio familiar a crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos e 11 meses, incluindo os portadores de necessidades especiais, prioritariamente aqueles que se encontram em situação de risco pessoal e social, provenientes de famílias com até 2 salários mínimos. Aí trabalham uma coordenadora – Assistente Social - 2 educadoras com formação em magistério e um psicólogo, além do pessoal de apoio.

O Ginásio Poliesportivo 'a avenida Carlos Ravanini Sobrinho, próximo a represa Euclides Morelli e 'a EMEF Maria Hermínia Rüegg Ravanini, foi inaugurado em 11 de outubro de 2003, e já se encontra concluído e beneficiará toda a comunidade santacruzense, como espaço de convívio, de lazer e também preparo de atletas do município, para eventuais participações em jogos, gincanas e torneios regionais.

A cidade possui uma represa do rio moquém denominada Euclides Morelli, onde a pescaria é uma forma de lazer muito difundida entre os moradores de Santa Cruz da Conceição e da região, que a praticam com entusiasmo inclusive com campeonato de pesca todos os anos.

Além disso, às suas margens há a praia, quiosques com calçadas, que é freqüentada pela comunidade local, para lazer e prática de esportes e pela região nos finais de semana. Na avenida da praia existem lanchonetes, restaurantes, onde é o ponto de encontro dos turistas.

O lazer em Santa Cruz da Conceição está voltado a espaços livres e verdes, pela própria característica da região. Ao contrário de cinememas e teatros, Santa Cruz oferece um turismo voltado à natureza. Além da Represa Euclides Morelli, possui outros pontos turísticos situados ao seu redor como: Centro Turístico Santa Julieta, onde está localizada a área de Camping; a Estância Valle Nobre e o clube Riviera Praia Clube.

Há curiosidades que somente as pequenas comunidades conseguem manter. É o caso por exemplo da Barbearia do Nedo, um dos pontos mais antigos da cidade, com mais de 50 anos de atividade. Nela a roda de conversa e recordações é intensa.

A população se desloca para centros próximos maiores como Leme, Pirassununga, Araras ou até mesmo Campinas e Ribeirão Preto para outros tipos de entretenimento.

## IX. População

Segundo a Fundação SEADE, a população de Santa Cruz da Conceição em 1980 era de 2.678 habitantes. Em 1990, cresceu para 2.903 e em 2000 atinge 3.525 habitantes.

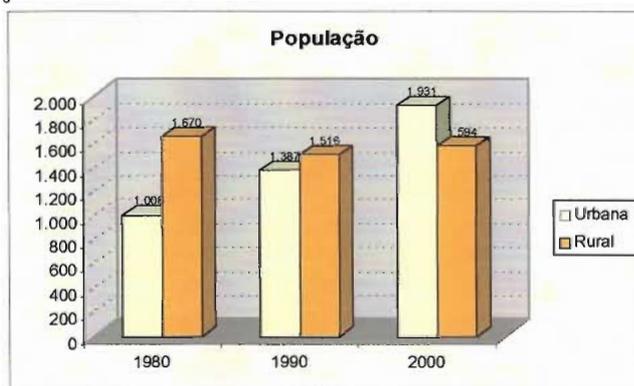
Tabela 12

Município de Santa Cruz da Conceição			
População	1980	1990	2000
Urbana	1.008	1.387	1.931
Rural	1.670	1.516	1.594
<b>Total</b>	<b>2.678</b>	<b>2.903</b>	<b>3.525</b>

Fonte: Fundação SEADE

Apesar da população não ter crescido muito em números absolutos, apresentou um grande aumento na última década, pois de 2.903 habitantes passou a 3.525 habitantes - uma diferença de 622 pessoas, que significa um aumento de 21,42% em dez anos ou 2,1% ao ano. Pelo gráfico pode-se constatar com clareza o aumento da população urbana e o pequeno crescimento apresentado pela população rural na última década.

Gráfico 3



Fonte: Fundação SEADE

Nas tabelas seguintes, pode-se constatar os aumentos verificados nas taxas de crescimento da população urbana na última década e confirmar as taxas de crescimento geométrico do município.

Tabela 13

Taxa de Urbanização (Em %)	1991	2000
	48,65	54,78

Fonte: Fundação SEADE

Tabela 14

Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População	
1980/1991 (Em % a.a.)	0,79
1991/2000 (Em % a.a.)	2,1

Fonte: Fundação SEADE

A população de Santa Cruz da Conceição apresentava-se distribuída de forma equilibrada entre homens e mulheres, com ligeira vantagem para os homens: 1.729 mulheres para 1.806 homens.

Tabela 15

Demografia - 2000			
População Feminina	1.719	População Masculina	1.806
00 a 04 anos	128	00 a 04 anos	140
05 a 09 anos	144	05 a 09 anos	154
10 a 14 anos	168	10 a 14 anos	178
15 a 19 anos	175	15 a 19 anos	202
20 a 24 anos	128	20 a 24 anos	131
25 a 29 anos	132	25 a 29 anos	136
30 a 34 anos	134	30 a 34 anos	122
35 a 39 anos	148	35 a 39 anos	130
40 a 44 anos	116	40 a 44 anos	131
45 a 49 anos	81	45 a 49 anos	115
50 a 54 anos	78	50 a 54 anos	77
55 a 59 anos	69	55 a 59 anos	68
60 a 64 anos	60	60 a 64 anos	61
65 a 69 anos	51	65 a 69 anos	62
70 a 74 anos	53	70 a 74 anos	47
75 anos e mais	60	75 anos e mais	52

Fonte: Fundação SEADE

A observação da Pirâmide Etária da população santacruzense em 2000, permite uma análise mais clara da distribuição da sua população masculina e feminina entre suas diversas faixas.

A pirâmide do município tem características muito específicas de sua população.

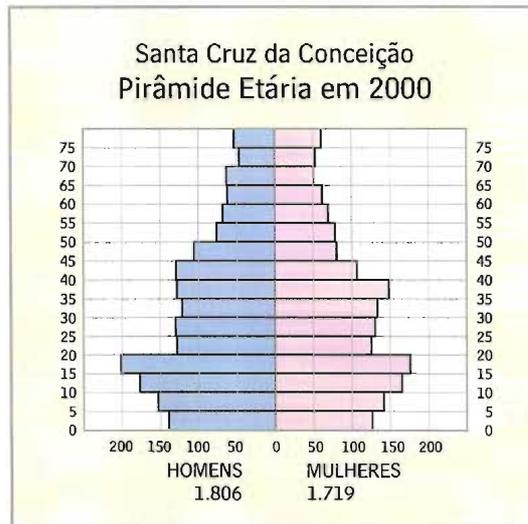
Sua base apresenta-se retraída com relação às faixas imediatamente superiores. Na realidade, a pirâmide etária da população de Santa Cruz da Conceição apresenta uma inversão no seu formato até a faixa de 20 anos. A pirâmide somente volta a apresentar o formato regular a partir da faixa compreendida entre 20 e 25 anos. Apesar do equilíbrio aparente entre o número de homens e mulheres, percebe-se a existência, entre 30 e 40 anos, de uma diminuição da população masculina no município. Na faixa seguinte, a pirâmide volta a indicar aumento da população masculina com relação à feminina. A partir dos 70 anos, a população feminina é superior à masculina.

Realidade municipal

A retração na base da pirâmide é uma indicação de que existe uma clara diminuição no número de nascimentos, comprovando a tendência da diminuição de natalidade no município, ao menos nos últimos cinco anos.

A diminuição da população na faixa dos 20 aos 35 anos, indica uma possível saída da população local para outras regiões, talvez em busca de trabalho ou estudo, já que o município não dispõe de estabelecimento que ofereça o Ensino Superior.

Gráfico 4



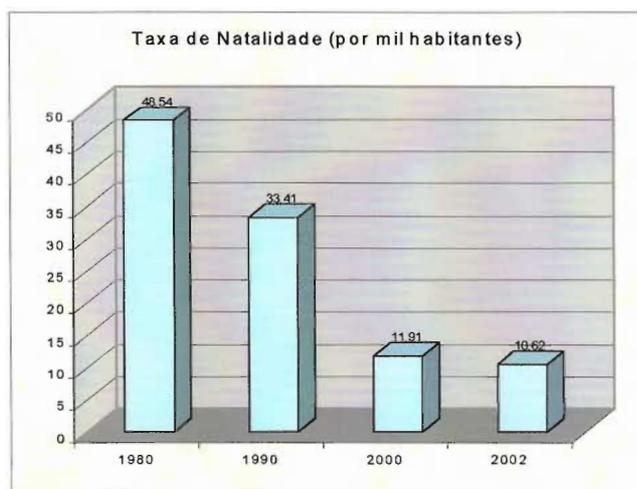
A saída de uma população jovem do município pode estar sinalizando uma tendência à diminuição dos índices de natalidade que pode-se constatar na tabela seguinte.

Tabela 16

Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)			
1980	1990	2000	2002
48,54	33,41	11,91	10,62

Fonte: Fundação SEADE

Gráfico 5



Conforme dados da Fundação SEADE, o IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2000 era de 0,803, ocupando o 149º lugar no ranking dos municípios.

Tabela 17

Condições de Vida	Santa Cruz da Conceição	Corumbataí	Leme	Analândia	Pirassununga
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,803	0,78	0,796	0,804	0,839
IDHM - Ranking dos municípios	149	315	198	144	20

Fonte: Fundação SEADE

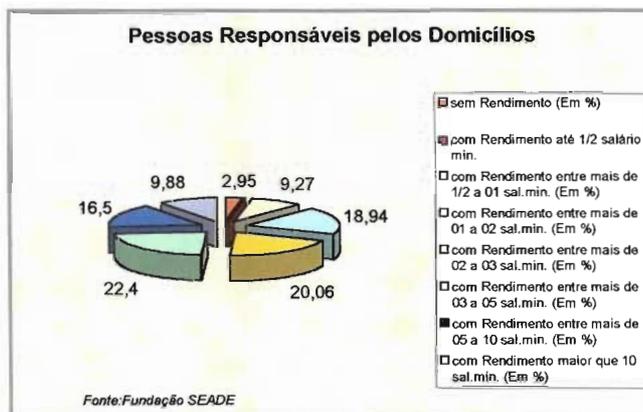
A posição que Santa Cruz da Conceição se encontra no ranking dos municípios paulistas - 149º lugar - significa uma posição até privilegiada, pois o Estado de São Paulo possui 645 municípios.

Observando-se o gráfico seguinte observamos que 22,4% dos responsáveis pelos domicílios tem uma renda mensal entre 3 e 5 salários mínimos. Outro percentual relativamente alto, 20,06% possui a renda entre 2 e 3 salários mínimos. Uma parcela de 18,94 % possui renda de 1 a 2 salários mínimos. Somando-se esses três níveis, chega-se a 61,4% da população do município tem seus responsáveis pelos domicílios com renda entre 1 e 5 salários mínimos. Somente 9,88% possui renda superior a 10 salários mínimos. Também não se pode desconsiderar os 2,95% que não possuem renda.

A distribuição da renda entre a população é na realidade mais importante do que o Rendimento Médio Mensal das Pessoas Responsáveis pelos Domicílios - a forma como a riqueza está distribuída, determina as condições de vida da população.

No gráfico abaixo pode-se verificar que no município não existe acentuada concentração de renda nem a miséria tão freqüente em outros quadros sociais brasileiros.

Gráfico 6



A tabela seguinte relaciona as diferentes faixas de rendimento entre os responsáveis pelos domicílios.

Tabela 18

Pessoas Responsáveis pelos Domicílios	2000
sem Rendimento (Em %)	2,95%
com Rendimento até 1/2 salário min.	0
com Rendimento entre mais de 1/2 a 01 sal.min.	9,27%
com Rendimento entre mais de 01 a 02 sal.min.	18,94%
com Rendimento entre mais de 02 a 03 sal.min.	20,06%
com Rendimento entre mais de 03 a 05 sal.min.	22,4%
com Rendimento entre mais de 05 a 10 sal.min.	16,5%
com Rendimento maior que 10 sal.min.	9,88%
sem Declaração de Rendimento	0
Rendimento Médio Mensal das Pessoas Responsáveis pelos Domicílios (Julho de 2000)	R\$ 798,26

Fonte: Fundação SEADE

O porquê da situação precária destas famílias merece uma análise mais detalhada. Certamente, existem muitos fatores que determinam essa condição social, porém, neste documento, será dada a ênfase para os aspectos educacionais.

Tabela 19

Educação	1991	2000
Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos e mais (Em %)	11,63	7,71
Número médio de anos de estudo do chefe do domicílio	5,18	

Entre 1991 e 2000, o índice de analfabetismo no município regrediu de 11,63% para 7,71%. Essa melhora deve-se aos constantes programas de alfabetização de jovens e adultos, mas ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que o analfabetismo seja vencido. Observando-se a média do número de anos de estudo do chefe de domicílio em 1991, percebe-se que existe uma grande defasagem, pois ele não conseguiu sequer completar o Ensino Fundamental. Essa situação, certamente reflete em seu desempenho profissional. Não se pode desvincular o grau de escolaridade dos indivíduos de sua situação sócio-econômica.

Santa Cruz da Conceição está com o índice de analfabetismo, em 2000, acima da média da Região de Limeira, a qual pertence, mas seu percentual é o segundo menor, colocando-se logo após Pirassununga - reduziu seu índice de analfabetismo em 3,92% entre 1991 e 2000.

Tabela 20

Localidade	1991 %	2000 %	Redução em %
<b>Santa Cruz da Conceição</b>	<b>11,63</b>	<b>7,71</b>	<b>3,92</b>
Analândia	13,94	7,98	5,96
Corumbataí	14,88	7,97	6,91
Pirassununga	9,45	6,05	3,4
RG de Limeira	10,71	7,13	3,58
Estado de São Paulo	10,13	6,64	3,49

Fonte: [www.seade.gov.br/Informações dos Municípios Paulistas](http://www.seade.gov.br/Informações%20dos%20Municípios%20Paulistas). Acesso em 18/07/2003

Considerando-se que em 2000, Santa Cruz possuía uma população maior de 15 anos, de 2.619 pessoas, 7,71% significam cerca de 202 pessoas.

Sabe-se que existe uma relação direta das causas de desemprego e baixos salários com a falta de qualificação do trabalhador. As indústrias que empregam modernas tecnologias necessitam de pessoal melhor preparado para o trabalho: com boa formação acadêmica e profissional.

## Situação educacional

**I - Atendimento Educacional****1 -A comunidade santacruzense e a caracterização geral das Unidades Municipais**

Santa Cruz da Conceição, com seus 3.674 habitantes (Fundação SEADE-2002), dispõe de uma pequena rede de estabelecimentos de ensino, suficiente para sua demanda atual. Suas escolas estão localizadas na área central da sede do município, com exceção da EMEF(R) Maria Aparecida De Carli Felipe que se localiza no Bairro Paraíso, na zona rural.

A comunidade escolar de Santa Cruz da Conceição possui um padrão de vida acima da média geral dos municípios paulistas. O Índice Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Cruz é de 0,803, que coloca o município em 149º no ranking do estado. Diferentemente de cidades médias e grandes, porém, em Santa Cruz a vida é tranqüila, sem problemas de violência ou sinais de depredação. O pequeno número de veículos não chega a criar problemas de trânsito, poluição sonora ou do ar.

Neste ambiente quase familiar, que é a marca de Santa Cruz da Conceição, está a comunidade escolar, que recebe alunos da zona urbana e da zona rural. As famílias têm demonstrado, cada vez mais, que estão conscientes da importância de sua participação no espaço escolar. São trabalhadores de sítios, diaristas, pedreiros, trabalhadores das cerâmicas, pequenos comerciantes, e lavradores. São na sua maioria descendentes de italianos, portugueses e alemães. Além disso temos também famílias oriundas de outros municípios que vêm em busca de trabalhos, moradias. Cultivam suas tradições, gostam de música, dança e boas festas, principalmente aquelas ligadas à paróquia local. É uma população religiosa que frequenta missas e cultos nas diversas igrejas do município, sejam elas católicas ou evangélicas.

Existem ao todo no município de Santa Cruz da Conceição, duas EMEFs, uma EMEI e uma Creche sob responsabilidade direta da Prefeitura, além da Escola Estadual Dr. Luiz Narciso Gomes.

Até 1962, a única unidade escolar do município era a EE Dr. Luiz Narciso Gomes.

O prédio que abriga a escola foi construído em 1923, porém somente em 1936 começou a funcionar duas classes, sendo uma masculina e outra feminina (multiseriadas - 1ª, 2ª e 3ª séries). Os alunos, para completar a 4ª série tinham que se deslocar para a cidade de Leme, situação que se manteve até 1940, quando finalmente foi instalada a 4ª série.

O então Grupo Escolar de Santa Cruz da Conceição foi criado através de um Decreto de 14 de abril de 1941, sendo o primeiro diretor efetivo o professor David Grisi.

Somente em 15 de janeiro de 1947, o Governo do Estado de São Paulo, através do Decreto 16.720, instituiu como Patrono do Grupo Escolar de Santa Cruz da Conceição, o Dr. Luiz Narciso Gomes, médico baiano, residente na cidade de Araras, que no início do século passado, atendia toda a Região.

Hoje, a EE Dr. Luiz Narciso Gomes mantém o Ensino Fundamental (ciclo II) e o Ensino Médio.

A atual diretora é a professora Edina Aparecida Barboza Gürtler, sua vice-Diretora a professora Jamile Donizetti Vasques Mudinuti e o professor coordenador pedagógico Adinan Barboza Gürtler

Atualmente, Santa Cruz da Conceição conta com uma rede de ensino municipal suficiente para atender a demanda. Através dos dados apresentados a seguir, pode-se traçar um perfil da educação no município.

Em 1962 a Prefeitura Municipal assumiu a Educação Infantil denominada **EMEI Recanto Feliz** que funciona em prédio cedido pela paróquia da cidade há muitos anos. Foi criada pelo Projeto de Lei 2/63 pelo Prefeito da época Senhor Acácio Tessari. Apesar do direito de uso adquirido pelo tempo, existe um acordo entre a Igreja e a Prefeitura, permitindo que a Igreja utilize o espaço para aulas de catequese e outros cursos, em horários previamente acordados entre as partes. Aí funcionam 4 salas de aula, que não são suficientes para atender a demanda, assim, alguns de seus alunos estudam em salas cedidas pela Creche Municipal "Imaculada Conceição".

A única Creche Municipal, denominada **Imaculada Conceição** também situada no centro da sede do município, atende **56** crianças entre zero e 3 anos e 27 crianças de 4 a 6 anos de idade em 2003. Ela foi inaugurada em 1º de outubro de 1993, e seu funcionamento foi a partir de 3 de novembro de 1993. A autorização de funcionamento chegou pela Portaria publicada no DOE de 15 de junho de 1996. A Creche atende crianças de 3 meses a 6 anos e 11 meses, em período integral das 6h30 até 17h30, de segunda a sexta-feira, durante todo o ano sem interrupção, exceto feriados e pontos facultativos.

Em atendimento às mães que trabalham, algumas crianças de 4 a 6 anos, matriculadas na **EMEI**, podem freqüentar a creche no período inverso ao das aulas regulares, se necessário. Por essa razão, a Creche recebe também crianças de faixa etária superior a 3 anos e 11 meses, assim como crianças com encaminhamento do psicólogo e/ou fonoaudiólogo.

Até 1998, Santa Cruz da Conceição contava com quatro escolas: a EMEI Recanto Feliz, a Creche Municipal Imaculada Conceição, a EE Dr. Luiz Narciso Gomes e a escola vinculada Maria Aparecida De Carli Felipe. A municipalização do ensino ocorreu em 3 de agosto de 1998 e a Prefeitura assumiu o Ciclo I (1ª a 4ª séries) do Ensino Fundamental da EE Dr. Luiz Narciso Gomes e EMEF Maria Aparecida De Carli Felipe. Era gestão do então prefeito Senhor Reinaldo Alberto Tessari e do Vice-Prefeito Senhor Jair Capodifoglio.

A comunidade da EMEF(R) Maria Aparecida De Carli Felipe localiza-se no Bairro Paraíso. A igreja é um ponto de convergência muito forte na comunidade. Um pequeno mini mercado, empresa de laticínios "Jamava", um posto de saúde com o atendimento de médicos e dentista, o posto de gasolina com restaurante na pista e um campo de futebol são os serviços de que dispõem no bairro, além da agricultura, pecuária e hortifrutigranjeiros. As pessoas que desejam um comércio mais variado, deslocam-se para as cidades vizinhas. A comunidade é ativa na escola e os pais freqüentam as reuniões e eventos escolares.

Na unidade rural, **EMEF(R) Maria Aparecida De Carli Felipe**, existem 2 salas de aula onde funcionam 4 classes de Ensino Fundamental. Foi criada em 11 de abril de 1990, pelo Decreto 31.385. Seu prédio foi construído em 1978 - era então uma escola estadual vinculada à EE Dr. Luiz Narciso Gomes.

Dentre os estabelecimentos de ensino do município, a maior unidade é a **EMEF Profª Maria Hermínia Rüegg Ravanini**, criada pelo Decreto nº 1.253 em 20 de março de 2000. A inauguração da escola foi em 8 de dezembro de 2000. Possui 4 salas de aula no seu módulo principal que abrigam 8 turmas de 1ª a 4ª séries. No módulo secundário, criado em 2003, existem mais 2 salas, onde funcionam 02 turmas de classe comum no período da manhã e tarde e 02 para aulas de reforço (turmas de 1ª a 4ª séries)..

## 2 - Educação Infantil - Matrículas

É importante que se observe o crescimento da demanda pela Creche e EMEI nestes três anos. Na Creche em 2000, o número total de matrículas foi 27. Em 2001, o número aumentou para 31 e em 2002 foi para 49. Constatou-se um aumento de 14,81% de 2000 para 2001 e de 58,06% de 2001 para 2002. O aumento da demanda vincula-se a uma série de fatores sociais e econômicos. Não se pode negar o papel da mulher no mercado de trabalho, pois muitas delas são arrimos de família. Esse fator foi considerado pelo município, ao aceitar-se crianças maiores de três anos e onze meses na Creche.

Tabela 21

**Matrículas em Educação Infantil no município de Santa Cruz da Conceição  
2000/2001/2002**

Ano	Dependência Administrativa	Ensino	Matrícula Total	Matrícula com menos de 4 anos	Matrícula entre 4 e 6 anos	Matrícula com mais de 6 anos
2.000	Municipal	Creche	27	27	0	0
2.000	Municipal	Pré-Escola	155	0	138	17
2.000	Total	Creche	27	27	0	0
2.000	Total	Pré-Escola	155	0	138	17
2.001	Municipal	Creche	31	28	3	0
2.001	Municipal	Pré-Escola	140	0	124	16
2.001	Total	Creche	31	28	3	0
2.001	Total	Pré-Escola	140	0	124	16
2.002	Municipal	Creche	49	37	12	0
2.002	Municipal	Pré-Escola	130	0	117	13
2.002	Total	Creche	49	37	12	0
2.002	Total	Pré-Escola	130	0	117	13

Fonte: MEC/INEP

Ao contrário da Creche, a EMEI apresentou um decréscimo de matrículas ao longo desses três anos. O gráfico relativo ao total de matrículas nesse triênio, indica uma curva decrescente. De 2000 para 2001, houve uma perda de 10%, enquanto que de 2001 para 2002, o percentual perdido foi de 7,14%.

É importante que se analise esta informação observando-se a Pirâmide Etária de Santa Cruz da Conceição em 2003. Existe uma retração na base desta pirâmide, que pode estar indicando uma diminuição de demanda em algumas faixas etárias, no caso, a dos mais novos.

Gráfico 7

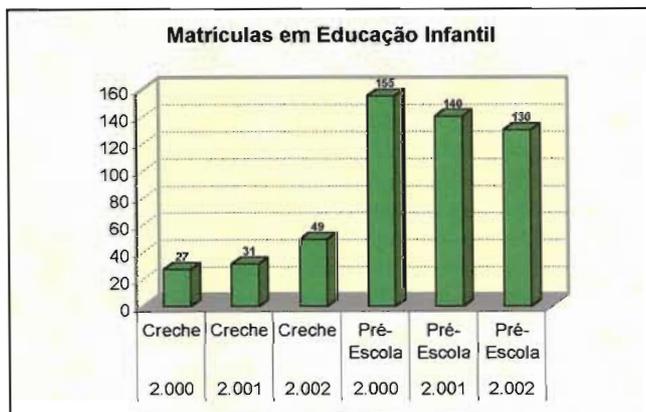


Tabela de matrículas da Creche Municipal Imaculada Conceição

Tabela 22

matrículas por idade	2000	2001	2002
de zero a 1 ano e 11 meses	10	12	18
de 2 a 3 anos e 11 meses	17	16	19
de 4 a 6 anos e 11 meses	0	3	12
<b>Total de matrículas</b>	<b>27</b>	<b>31</b>	<b>49</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

### 3. - Ensino Fundamental - Matrículas

Segundo dados do INEP, o número de matrículas no Ensino Fundamental em Santa Cruz da Conceição tem diminuído nos três anos analisados. Em 2000, o total de matrículas foi 665. Em 2001, esse total diminuiu para 637 e em 2002 para 623. A diminuição percentual de 2000 para 2001 foi de 4,21% e em 2002 foi de 2,19%. Apesar de ser um percentual relativamente baixo, deve ser analisado com cuidado, pois no mesmo período, o Estado também teve perda de matrículas, mas percentualmente menor: 2000/2001 a perda foi de 2,13% e de 2001 para 2002 foi de 1,61%. As razões dessa diminuição podem não estar

no município. Suas origens podem ser talvez encontradas em problemas muito mais profundos, como a questão do trabalho e do emprego - uma questão conjuntural. Há que se pensar na situação de muitos jovens que deixam as escolas para ajudar a família. Os dados de evasão entre 5<sup>as</sup> e 8<sup>as</sup> séries não são baixos, pois atinge a casa dos 5%.

A diminuição das matrículas nas séries iniciais pode estar vinculada à própria diminuição do crescimento populacional no município, afinal, existe uma nítida quebra na Pirâmide Etária, tanto entre homens como entre as mulheres, na faixa mais comum de procriação, ou seja entre 20 e 30 anos. Essa quebra também está vinculada à busca de trabalho.

As matrículas foram diminuindo igualmente, no município de Santa Cruz da Conceição e em todo o estado, nos três anos analisados. Não se pode afirmar que houve migração de uma esfera para outra. No caso de Santa Cruz da Conceição não existem escolas particulares e a única escola de Ensino Fundamental que atende exclusivamente alunos de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries e Ensino Médio é do Estado. Os alunos de 4<sup>a</sup> série das EMEFs que queiram prosseguir seus estudos têm duas opções: a Escola Estadual Dr. Luiz Narciso Gomes ou ir para outro município.

Tabela 23

Matrículas no Ensino Fundamental - 2000/2001/2002

Abrangência Geográfica	Ano	Dependência Administrativa	Total
São Paulo	2.000	Federal	193
São Paulo	2.000	Estadual	3.865.320
São Paulo	2.000	Municipal	1.595.881
<b>São Paulo</b>	<b>2.000</b>	<b>Total</b>	<b>6.225.204</b>
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.000	Municipal	337
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.000	Estadual	328
<b>SANTA CRUZ DA CONCEICAO</b>	<b>2.000</b>	<b>Total</b>	<b>665</b>
São Paulo	2.001	Federal	196
São Paulo	2.001	Estadual	3.550.793
São Paulo	2.001	Municipal	1.771.767
<b>São Paulo</b>	<b>2.001</b>	<b>Total</b>	<b>6.092.455</b>
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.001	Municipal	318
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.001	Estadual	319
<b>SANTA CRUZ DA CONCEICAO</b>	<b>2.001</b>	<b>Total</b>	<b>637</b>
São Paulo	2.002	Federal	194
São Paulo	2.002	Estadual	3.285.418
São Paulo	2.002	Municipal	1.935.101
<b>São Paulo</b>	<b>2.002</b>	<b>Total</b>	<b>5.993.885</b>
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.002	Municipal	313
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.002	Estadual	310
<b>SANTA CRUZ DA CONCEICAO</b>	<b>2.002</b>	<b>Total</b>	<b>623</b>

Fonte: MEC/INEP

Gráfico 8

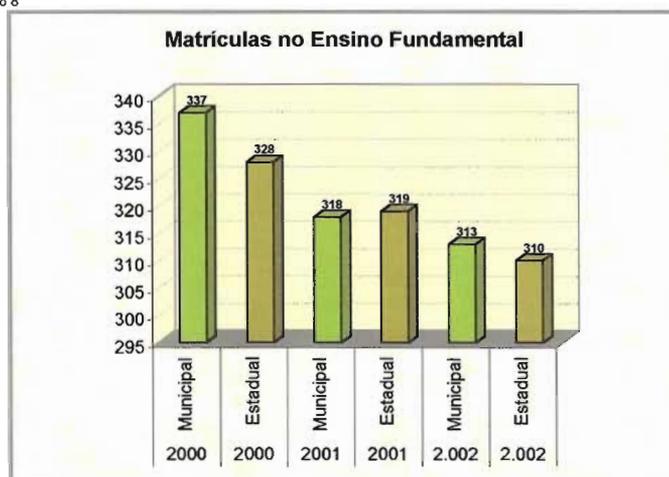


Tabela de matrículas da EMEF Maria Hermlnia Rüegg Ravanini

Tabela 24

matrículas por série	2001	2002	2003
1ª	68	59	61
2ª	55	60	57
3ª	69	49	57
4ª	54	71	49
<b>Total</b>	<b>246</b>	<b>239</b>	<b>224</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Tabela de matrículas da EMEF Maria Aparecida De Cari Felipe

Tabela 25

Série	2001	2002	2003
1ª	16	20	20
2ª	22	18	24
3ª	15	21	17
4ª	19	15	14
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>74</b>	<b>75</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

#### 4. - Escola Estadual Dr.Luiz Narciso Gomes Ensino Fundamental e Ensino Médio/Matrículas

Santa Cruz da Conceição possui uma única escola da rede estadual. Nela funcionam classes de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio. São 16 salas no total. São 7 no período da manhã, 6 no período da tarde e 3 no período noturno.

A situação em 2003 nesta escola é a seguinte:

Tabela 26

**Matriculas na EE Dr.Luiz  
Narciso Gomes 2003**

série	nº de matriculas
5ªA	26
5ªB	27
5ªC	25
6ªA	33
6ªB	33
7ªA	27
7ªB	32
8ªA	31
8ªB	27
8ªC	29
1ªA	44
1ªB	35
2ªA	33
2ªB	35
3ªA	28
3ªB	34
<b>Total</b>	<b>499</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Tabela 27

**Matriculas na EE Dr.Luiz Narciso Gomes  
por Turno em 2003**

Turno	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total Geral
Manhã	117	105	222
Tarde	173	0	173
Noite	0	104	104
<b>Total</b>	<b>290</b>	<b>209</b>	<b>499</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Observando-se o número de matriculas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, percebe-se que existe um equilíbrio entre demanda e oferta.

Os alunos que concluem o Ensino Médio e que buscam outras alternativas de trabalho, além daquelas existentes em Santa Cruz da Conceição, são obrigados a buscá-las em outras localidades.

#### **5. - Estabelecimentos de Ensino Educação Infantil/Ensino Fundamental e Ensino Médio**

As crianças e jovens do município de Santa Cruz da Conceição são atendidos por uma rede de 1 Creche Municipal, 1 Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI, 2 estabelecimentos de Ensino Fundamental - EMEFs (1ª a 4ª) e 1 estabelecimento de ensino estadual que atende alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Não existe nenhum estabelecimento de ensino da rede privada.

Tabela 26

SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO - código: 354620 - Fonte IBGE

Estabelecimentos de Ensino Fundamental	nº de estabelecimentos
Escola Pública Federal	0
Escola Pública Estadual	1
Escola Pública Municipal	2
Escola Particular	0
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>
Estabelecimentos de Ensino Médio	nº de estabelecimentos
Escola Pública Federal	0
Escola Pública Estadual	1
Escola Pública Municipal	0
Escola Particular	0
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>
Estabelecimentos de ensino - Educação Infantil	nº de estabelecimentos
Escola Pública Federal	0
Escola Pública Estadual	0
Escola Pública Municipal	1
Escola Particular	0
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

As escolas estão basicamente concentradas na área urbana do município, com exceção da EMEF Maria Aparecida De Carli Felipe, que se localiza em bairro rural, denominado Paraíso.

Tabela 29

Número de estabelecimentos de ensino, segundo atendimento, região e rede mantenedora

Número de escolas por tipo							
Rede	Área	Creche	EMEI	EMEIEF 1ªa4ª	EMEF 1ªa4ª	Ensino Fundamental 5ª a 8ª e Ensino Médio	Ensino Superior
Municipal	Urbana	1	1	0	1	0	0
	Rural	0	0	0	1	0	0
	<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Estadual	Urbana	0	0	0	0	1	0
	Rural	0	0	0	0	0	0
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Privada	Urbana	0	0	0	0	0	0
	Rural	0	0	0	0	0	0
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Todas	Urbana	1	1	0	1	1	0
	Rural	0	0	0	1	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

**6. - Educação de Jovens e Adultos - EJA**

Segundo o EDUDATA, do MEC/INEP, o município de Santa Cruz da Conceição teve em 2002, o total de 30 matrículas no EJA.

**7. - Educação Especial**

Os alunos do município que necessitam de um atendimento diferenciado, são encaminhados para a unidade da APAE no município de Pirassununga. Existe um transporte especial para estes alunos. Não existem classes especiais no município. Alguns casos especiais são encaminhados para atendimento no centro de saúde pelo psicólogo e continuam freqüentando salas regulares de aula.

**8. - Ensino Superior**

Não existe no município. Os estudantes residentes no município, que freqüentam o nível superior, buscam o serviço nos municípios vizinhos. Aqueles que concluem esse nível de ensino, buscam trabalho em outros municípios, à exceção dos concluintes da área de Pedagogia, que possuem perspectivas de trabalho.

**II - Qualidade de Ensino****1. - Índice de Produtividade**

Em 2000, o município de Santa Cruz da Conceição apresenta uma taxa de aprovação um pouco abaixo da média do Estado. Enquanto São Paulo apresenta o índice de 89,8%, Santa Cruz da Conceição apresenta 86,8% de aprovação para 13,2% de reprovação. Apesar desse indicador aparentemente desfavorável, sua taxa de evasão nas primeiras séries do Ensino Fundamental é zero, enquanto o Estado apresenta a taxa de 3,9%.

Em 2001, Santa Cruz da Conceição supera os índices de aprovação do Estado, apresentando 93% de aprovação e o Estado 91,2%. A taxa de reprovação diminui em 6,2% com relação a 2000, atingindo o índice de 7%. No Estado a taxa de reprovação se mantém estável com 6,2%. A taxa de abandono continuou em zero.

Tabela 30

Taxa de aproveitamento escolar 2000 - 2001

Abrangência Geográfica	Ano	Série	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
São Paulo	2.000	1ª a 4ª Série	89,8	6,3	3,9
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.000	1ª a 4ª Série	86,8	13,2	0
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.000	1ª Série (Fundamental)	74,4	25,6	0
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.000	2ª Série (Fundamental)	89	11	0

SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.000	3ª Série (Fundamental)	91.4	8.6	0
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.000	4ª Série (Fundamental)	93	7	0
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.000	Fundamental	86.8	13.2	0
São Paulo	2.001	1ª a 4ª Série	91.2	6.2	2.6
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.001	1ª a 4ª Série	93	7	0
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.001	1ª Série (Fundamental)	86.5	13.5	0
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.001	2ª Série (Fundamental)	90.3	9.7	0
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.001	3ª Série (Fundamental)	95.5	4.5	0
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.001	4ª Série (Fundamental)	100	0	0
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2.001	Fundamental	93	7	0

Fonte: MEC/INEP

Gráfico 9



Os índices de aproveitamento nas séries avançadas - de 5ª a 8ª séries - na EE Dr. Luiz Narciso Gomes continuam apresentando um bom desempenho, com altos índices de aprovação e baixa evasão. Os dados podem ser comprovados nas tabelas seguintes que apresentam dados relativos a 2000, 2001 e 2002.

Tabela 31

**Índices de aproveitamento na EE Dr.Luiz Narciso Gomes em 2000**

Série	Matrículas	Transferências	Aprovados	Evadidos	Retidos
5ª	116	11	98	5	2
6ª	92	5	83	4	0
7ª	83	7	68	6	2
8ª	63	9	52	2	0
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>32</b>	<b>301</b>	<b>17</b>	<b>4</b>
%	100	9,039548023	85,02825	4,80226	1,1299

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Gráfico 10



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

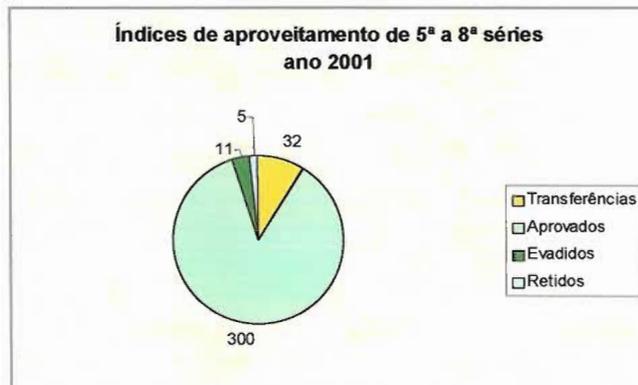
Tabela 32

**Índices de aproveitamento na EE Dr.Luiz Narciso Gomes em 2001**

Série	Matrículas	Transferências	Aprovados	Evadidos	Retidos
5ª	65	11	56	3	0
6ª	104	7	94	2	1
7ª	94	4	83	5	2
8ª	80	10	67	1	2
<b>Total</b>	<b>343</b>	<b>32</b>	<b>300</b>	<b>11</b>	<b>5</b>
%	100	9,329446064	87,46356	3,207	1,4577

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Gráfico 11



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Tabela 33

Índices de aproveitamento na EE Dr. Luiz Narciso Gomes em 2002

Série	Matriculas	Transferências	Aprovados	Evadidos	Retidos
5ª	87	12	64	9	2
6ª	56	5	50	1	0
7ª	103	12	89	2	0
8ª	87	6	76	5	0
<b>Total</b>	<b>333</b>	<b>35</b>	<b>279</b>	<b>17</b>	<b>2</b>
%	100	10,51051051	83,78378	5,10511	0,6006

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

Gráfico 12



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

## 2. - Idade Mediana / Distorção Idade - Série/ Número médio de alunos por turma

Em 2002, a Idade Mediana dos alunos da rede municipal de Santa Cruz da Conceição apresentava-se semelhante ao do Estado - Creche à 4ª série do Ensino Fundamental.

Tabela 34

Idade Mediana total - 2002

Abrangência Geográfica	Ensino	Idade mediana - total
São Paulo	Creche	3
São Paulo	Pré-Escola	6
São Paulo	1ª Série (Fundamental)	7
São Paulo	2ª Série (Fundamental)	8
São Paulo	3ª Série (Fundamental)	9
São Paulo	4ª Série (Fundamental)	11
<b>São Paulo</b>	<b>1ª a 4ª Série</b>	<b>9</b>
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	Creche	3
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	Pré-Escola	6
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	1ª Série (Fundamental)	7
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2ª Série (Fundamental)	8
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	3ª Série (Fundamental)	9
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	4ª Série (Fundamental)	11
<b>SANTA CRUZ DA CONCEICAO</b>	<b>1ª a 4ª Série</b>	<b>9</b>

Fonte: MEC/INEP

Quanto à Distorção Idade-Série, no ano 2002, Santa Cruz da Conceição apresentou maiores índices em quase todas as séries. A exceção ocorreu na 3ª série, que apresentou um índice menor - 7,1 em Santa Cruz da Conceição e 9,4 no Estado.

Tabela 35

Distorção idade-série Ano = 2002

Abrangência Geográfica	Série	Distorção idade-série
São Paulo	1ª Série (Fundamental)	4.3
São Paulo	2ª Série (Fundamental)	8
São Paulo	3ª Série (Fundamental)	9.4
São Paulo	4ª Série (Fundamental)	15.7
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	1ª Série (Fundamental)	5.1
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2ª Série (Fundamental)	11.5
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	3ª Série (Fundamental)	7.1
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	4ª Série (Fundamental)	19.8

Fonte: MEC/INEP

O número de alunos por turma em 2002, apresentou-se dentro dos padrões recomendados, permitindo um atendimento de qualidade. A Creche possui média inferior a 10 alunos/turma e o Fundamental com média de 26 alunos. Em 2003, conforme dados de matrículas efetuadas nas escolas, a média é de 25 alunos/turma.

Tabela 36

Número Médio de Alunos por Turma - Ano = 2002

Abrangência Geográfica	Ensino	Número médio de alunos/turma
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	Creche	9,8
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	1ª Série (Fundamental)	26,3
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	2ª Série (Fundamental)	26
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	3ª Série (Fundamental)	23,3
SANTA CRUZ DA CONCEICAO	4ª Série (Fundamental)	28,7

Fonte: MEC/INEP

### III - Insumos/recursos

#### 1. - Recursos humanos

Santa Cruz da Conceição possui 26 professoras em seu corpo docente, atuando na EMEI Recanto Feliz e nas EMEFs Maria Herminia Rüegg Ravanini e Maria Aparecida De Carli Felipe. Todas possuem o magistério completo. Dentre as professoras, 11 possuem o curso superior completo em Pedagogia, 02 o curso superior de Pedagogia incompleto, 07 o curso superior completo em Letras e 1 o curso de Letras incompleto. São portanto 18 professoras com o curso superior completo, ou seja, 69,2% do total.

Tabela 37

Formação dos docentes da rede municipal de Santa Cruz da Conceição

Magistério	Pedagogia completo	Pedagogia incompleto	Letras completo	Letras incompleto	Total
5	11	2	7	1	26

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

A EMEF Maria Herminia Rüegg Ravanini tem um quadro de funcionários composto de inspetor de alunos, duas encarregadas de serviços gerais e uma merendeira. A EMEF Maria Aparecida De Carli Felipe possui dois funcionários: a merendeira e uma encarregada de serviços gerais.

A EMEI Recanto Feliz possui 02 funcionárias, uma serviços gerais com ensino fundamental completo e outra copeira somente a 4ª série.

A EMEF Maria Aparecida De Carli Felipe possui 02 funcionárias; uma merendeira e uma serviços gerais ambas com a 4ª série do ensino fundamental.

A Creche Municipal Imaculada Conceição tem seu quadro formado por uma Responsável pela Creche, com formação em Magistério e cursando Pedagogia. São 7 pajens no total: uma possui o Ensino Fundamental completo, outra possui o Ensino Médio completo, 3 possuem Magistério completo, uma com o curso superior de Pedagogia completo e outra cursando Letras.

Tabela 38

Formação das pajens Creche Municipal Imaculada Conceição					
Ensino Fundamental	Ensino Médio	Magistério completo	Pedagogia completo	Letras cursando	total
1	1	3	1	1	7

A Creche possui ainda uma equipe de apoio composta de 2 faxineiras, uma merendeira e 2 auxiliares de serviços gerais. Uma das serventes possui o Ensino Médio completo. Duas outras funcionárias têm o Ensino Fundamental completo - a merendeira e outra faxineira. As auxiliares de serviços gerais têm somente a 4ª série do Ensino Fundamental completo.

A Escola Estadual possui 21 professores. Com exceção de um professor de matemática, que é efetivo, todos outros são ACTs e existe uma grande tendência à rotatividade de docentes.

## 2. - Recursos físicos e materiais didático-pedagógicos

A **Creche Municipal Imaculada Conceição** possui uma sala para a direção, sala de vídeo e televisão, cozinha, refeitório, depósito de alimentos, banheiros para funcionários, almoxarifado, parque infantil, berçário, sanitários internos adequado à Educação Infantil. A cozinha está equipada adequadamente. A creche possui dois aparelhos de televisão, um videocassete, um aparelho de som, máquina de escrever, máquina copiadora e ventiladores em todas as dependências. Existe uma linha telefônica, um computador com impressora para uso administrativo, mas sem conexão com a internet. A creche também dispõe de três salas de aula.

A **EMEI Recanto Feliz** está instalada em um prédio cedido pela paróquia da cidade. Possui quatro salas de aula mobiliadas adequadamente para a faixa etária a que se destina, dois banheiros (masculino e feminino), um banheiro para funcionários, cozinha, refeitório, parque infantil. Possui recursos materiais de boa qualidade: uma televisão, videocassete e aparelho de som, máquina copiadora para uso das professoras e alunos. A cozinha está equipada adequadamente.

Na **EMEF Maria Aparecida de Carli Felipe** existem três salas de aula onde funcionam no período da manhã uma terceira e uma quarta série e uma 3ª. etapa da Pré-Escola da EMEI Recanto Feliz; no período da tarde a primeira e a segunda séries e uma classe mista 1ª. e 2ª. etapas da Pré-escola da EMEI. As salas estão devidamente mobiliadas para a faixa etária. Também possui televisão, videocassete e aparelho de som e cozinha adequadamente equipada.

A **EMEF Maria Hermínia Rüegg Ravanini** é a maior das unidades de ensino da prefeitura municipal de Santa Cruz da Conceição. Possui seis salas de aula, onde funcionam classes de 1ª a 4ª séries nos dois períodos. A cozinha está equipada adequadamente. Possui dois sanitários para alunos (masculino e feminino), com quatro compartimentos cada um. Os alunos dispõem de bebedouro com água filtrada. A escola possui uma ala destinada ao uso administrativo, onde se encontram a secretaria que dispõe de máquina de escrever, um computador com internet, uma máquina copiadora xerox, armário, arquivo de quatro gavetas e telefone com ramal. Nesta escola existe também uma sala de professores, onde se encontram estantes com livros, jogos pedagógicos, armário de objetos pessoais para professores, televisão, videocassete e aparelho de som. Existe ainda sanitário para professores com dois compartimentos. Possui uma quadra poliesportiva coberta.

### 3. - Assistência aos Educandos

#### 3.1. - Programas Suplementares

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição tem como constante preocupação a contínua melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. A escola, quando bem trabalhada, é, sem dúvida, um dos caminhos que conduzem as pessoas para uma vida saudável e de convívio harmonioso - são os primeiros passos para se conquistar a tão almejada qualidade de vida. Porém, muitas são as dificuldades no cotidiano que interferem nesse processo. Os Programas Suplementares existem para facilitar o acesso dos alunos à escola e buscam garantir a melhoria de atendimento educacional da população. A seguir encontram-se os programas suplementares que assistem aos alunos de Santa Cruz da Conceição.

**Transporte escolar:** O transporte escolar no município é realizado por dois ônibus, dois micro-ônibus, uma van e quatro peruas. São beneficiados 447 alunos por mês.

Tabela 39

tipo	quantidade	média km/mês	nº de alunos/mês	nº de alunos especiais/mês
Ônibus	02	500	379	
Micro ônibus	02	180		
Peruas	04	747		
Ajuda de custo	-	-	53	-
Vans				15
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>1427</b>	<b>432</b>	<b>15</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

**Merenda escolar:** A alimentação servida aos alunos da rede pública de Santa Cruz da Conceição é cuidadosamente elaborada, farta e de qualidade. O cardápio é elaborado de forma que os alunos recebam cerca de quatro refeições diariamente (média de 20.000 refeições por mês). Existem 5 cardápios diferentes por mês: um por semana, sendo que o alimento servido varia diariamente. Os alunos recebem suco de laranja natural duas vezes na semana, frutas da época e algum tipo de sobremesa como doce de leite, gelatina, manjar branco ou salada de frutas. O quadro abaixo apresenta o consumo de alimentos por mês.

Tabela 40

<b>COZINHA PILOTO</b>	
<b>Refeições</b>	
Arroz com carnes variadas	440 quilos
Cuscuz	300 quilos
Macarrão	65 quilos
Risoto com carnes e legumes(kg)	80 quilos
Sopas (litros)	150 litros
<b>Leites e sucos</b>	
Leite	700 litros
Suco artificial	1200 litros
Suco natural de laranja	1200 litros
<b>Frutas</b>	
Banana	120 quilos
Laranja	200 quilos
Maçã	110 quilos
Mamão	60 quilos
<b>Doces</b>	
Arroz doce	150 quilos
Gelatina	150 litros
Goiaba	60 quilos
Iogurte	1000 unidades (200ml)
Leite	30 quilos
Manjares	150 quilos
Salada de frutas	200 litros
<b>Verduras e legumes</b>	
Alface	100 pés
Batata	40 quilos
Cebola	80 quilos
Cebolinha	35 maços
Cenoura	30 quilos
Chuchu	10 quilos
Pepino	40 quilos
Repolho	30 quilos
Salsinha	35 maços
Tomate	200 quilos
<b>Carnes</b>	
Carne bovina	220 quilos
Carne frango	210 quilos
Carne suína	80 quilos
Peixe	60 quilos
Salsicha	100 quilos
<b>Frios</b>	
Apresentado	50 quilos
Mortadela	110 quilos
Mussarela	70 quilos
<b>Pães</b>	
Pão doce	5200 unidades
Pão francês	15000 unidades
<b>Manteiga</b>	
Manteiga	20 quilos

Fonte: Prefeitura municipal de Santa Cruz da Conceição

- **Programa Bolsa-Escola:** beneficia **59** famílias do município;
- **Dinheiro Direto na Escola:** beneficiou, em 2003, **2** escolas, num total de **R\$2900,00 (DOIS MIL E NOVECENTOS reais)**, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 41

DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	
2003 - EMEF "MARIA HERMÍNIA RÜEGG RAVANINI"	
material de consumo	1500,00
material permanente	300,00
2003 - EMEF "MARIA APARECIDA DE CARLI FELIPE"	
material de consumo	1100,00

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz da Conceição

- **Campanha do Livro Didático - PNLD:** O município recebeu o total de 2.579 livros para suas escolas pela Campanha do Livro Didático, distribuídas da seguinte forma:
  - 2003 EMEF "MARIA HERMÍNIA RÜEGG RAVANINI" - 337 livros
  - 2003 EMEF "MARIA APARECIDA DE CARLI FELIPE" - 104 livros
  - 2002 EMEF "MARIA HERMÍNIA RÜEGG RAVANINI" - 361 livros
  - 2002 EMEF "MARIA APARECIDA DE CARLI FELIPE" - 92 livros
  - 2001 EMEF "MARIA HERMÍNIA RÜEGG RAVANINI" - 1285 livros
  - 2001 EMEF "MARIA APARECIDA DE CARLI FELIPE" - 400 livros
- **Programa Saúde do Escolar:** Em caráter permanente é realizado junto ao Centro de Saúde atendimento de Fonoaudióloga, Psicólogo e Dentista e atende a todos os nossos alunos (fundamental e infantil).
- **EJA** - Programa de Apoio a Estados e Municípios para Educação Fundamental de Jovens e Adultos: ( EMEF "MARIA HERMÍNIA RÜEGG RAVANINI")

#### IV - Ação Municipal

- **Projeto Entrevias** – *Educar Para Humanizar o Transito* - 100% dos alunos da rede;
- **Campanha Olho no olho** - 100% dos alunos de 1ª série do Ensino Fundamental;
- 1ª Exposição Cultural por ocasião do Jubileu de Ouro Revelando São Paulo - 30 participantes da comunidade  
Mapa cultural paulista - 1 participante na categoria fotografia e 2 participantes na categoria artes plásticas ;

**Os projetos seguintes são permanentes e atingem toda a rede municipal de ensino:**

- Projeto Reciclar - aproveitamento e preservação do meio ambiente;
- Projeto Furnas - economia de energia;
- Projeto Folclore - tradições nacionais;
- Projeto Cultural - teatro, música e danças;

- Projeto PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência;
- Projeto Semana da Solidariedade - atividades diversas como teatro, música, dança, esportes, etc.
- Projeto Criança - realizado durante a semana da criança com passeios e atividades e alimentação diversificadas;
- Projeto Dia da Árvore - plantio de novas mudas, exposição, passeata, teatro;
- Projeto Família na Escola - recepção às famílias com atividades interativas pela equipe escolar - professoras, alunos e funcionários;
- Projeto Civismo na Escola - hasteamento das bandeiras e entoação dos hinos nacional e municipal;
- Projeto Recreio Dirigido

#### **Capacitação de profissionais - 2001/2003**

##### **2001**

IV Simpósio Nacional do Ensino Fundamental  
Tema "A Coragem em mudar a Educação" - realizado em Leme para a rede municipal de ensino nos dias 29,30 e 31 de março

I Encontro de profissionais da educação PROEP - Leme FIAN  
Realizado em Leme para todos os envolvidos na educação infantil e ensino fundamental, no dia 13 de junho.

I Seminário Internacional da Educação Inclusiva  
Tema "Somos todos diferentes" realizado nos dias 16, 17 e 18 de agosto para todos os envolvidos na educação

VI Seminário Internacional da Qualidade na Educação  
Tema "Em busca da excelência na educação" - realizado nos dias 30 e 31 de agosto, em Limeira com a participação de seis professoras da rede.

Palestra com os pais sobre família-professoras.  
Realizada em agosto e setembro pela pedagoga Alzira Helena Ferraz da UNIFIAN, para todos os envolvidos na educação.

##### **2002**

Curso sobre alfabetização promovido pela Livraria Três Fontes e Casa de Cultura de Campinas. Participação de duas professoras alfabetizadoras (1ª série)

##### **Cursos**

- Brincando e aprendendo a resolver problemas por meio de jogos na educação infantil
- Os PCNs e a matemática no Ensino Fundamental
- Relações Interpessoais na escola

Realizado pela Memento Consultoria Pedagógica

100% dos docentes da rede municipal

**2003**

Curso de Psicomotricidade, corporeidade, movimento e cotidiano escolar  
Realizado de 5 a 8 de fevereiro para todos os envolvidos na educação

**Cursos**

Relações interpessoais, profissionais e assertividade no contexto profissional e pessoal;  
Cooperação e ludicidade no cotidiano da sala de aula - jogos com ferramentas  
Realizados de 5 a 7 de março para todos os envolvidos na educação, incluindo pessoal de apoio e eventuais.

Curso de aperfeiçoamento de pessoal, processos intra e interpessoais, produtividade e qualificações de professores. Ministrado pelo sr Fauze Kfouré, do Instituto Nacional de Pesquisas Psíquicas e Parapsicológicas de São Paulo.  
100% dos professores

**Expansão e Melhoria do atendimento**

Em 2000 foi feita uma reforma geral no prédio da EMEF "MARIA APARECIDA DE CARLI FELIPE" e em 2002 foram construídas mais duas salas na EMEF "Maria Hermínia Rüegg Ravanini". A reforma e a ampliação beneficiaram as professoras, funcionários e alunos.

**V -Organização Administrativa e Gestão da Escola**

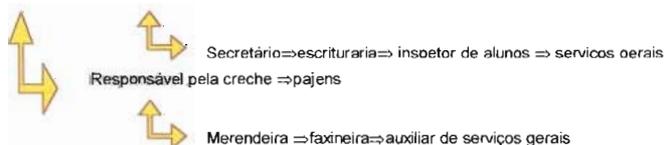
**1. Estrutura Administrativa**

O quadro administrativo conta com a Dirigente Municipal de Educação Wera Márcia Gagheggi Madeira, com a Diretora Municipal de Ensino Lillian Câmara Albers e com a Responsável pela Creche Marisa de Lourdes Mourão Landgraf.

O Departamento de Educação está instalado em uma sala na Prefeitura Municipal.

Organograma simplificado

Prefeito ⇒ Dirigente ⇒ Diretora ⇒ Professoras



## 2 . Gestão Escolar

A busca por uma gestão democrática da escola pressupõe o envolvimento de mais pessoas no processo de decisão, de acompanhamento, de fiscalização e avaliação . Santa Cruz da Conceição tem instituídos os seguintes conselhos no município:

- Conselho Municipal de Educação instituído pela Lei Municipal nº 1162 de 03/12/97;
- Conselho de Alimentação Escolar Instituído pela Lei nº 1292 em 16/04/2001
- Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef instituído pela Lei nº 1134 em 28/05/1997
- Conselho de Escola das EMEFs Maria Herminia Rüegg Ravanini e Maria Aparecida De Carli Felipe
- APM - Associação de Pais e Mestres das EMEFs Maria Herminia Rüegg Ravanini e Maria Aparecida De Carli Felipe.

## VI - Recursos e Viabilidade Financeira

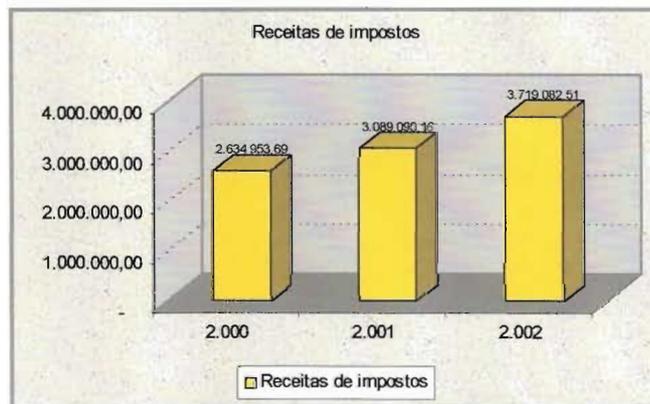
A grande preocupação do município de Santa Cruz da Conceição é o suporte financeiro para a manutenção da Educação. Trata-se de um município relativamente estável sob o aspecto econômico e social. Sua população tende a crescer de forma bastante lenta como indicam os dados estatísticos. Apesar desse quadro de relativa tranqüilidade, possui ainda grandes necessidades de reformas e adequações para que se atinja um ideal na qualidade da Educação oferecida à comunidade.

A crise econômica que assola todo o país tem também seus reflexos no município. A preocupação com a diminuição de arrecadação de impostos, a falta de recursos para a Educação Infantil, a diminuição de recursos provenientes da União e do Estado, faz com que o Poder Público municipal se encontre em estado de alerta.

A análise dos demonstrativos dos exercícios 2000, 2001 e 2002 indica que houve um aumento de receitas a cada ano, porém, a aplicação à maior na Educação tem sido constante também, ou seja, o montante destinado à Educação não tem sido suficiente para a manutenção do sistema.

No gráfico seguinte, podemos observar de forma clara a receita resultante de impostos nos anos 2000, 2001 e 2002.

Gráfico 13



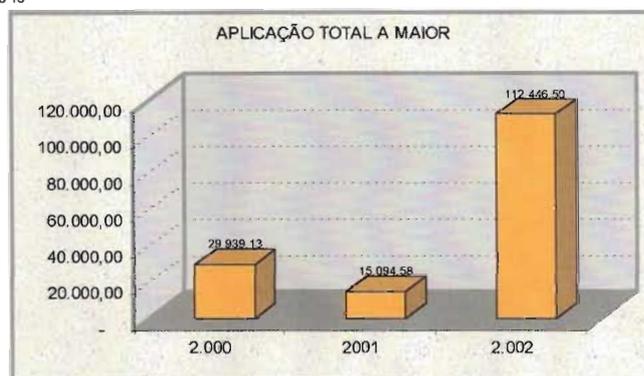
Coerente com o aumento da arrecadação, pode-se constatar o aumento da aplicação mínima obrigatória.

Gráfico 14



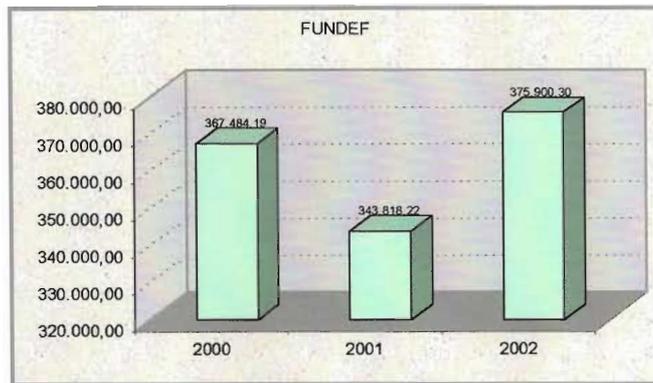
Constata-se uma aplicação à maior nos anos 2000, 2001 e 2002, porém nestes últimos dois anos analisados, houve uma aplicação à maior muito superior aos dois anos anteriores. Em 2000, a aplicação total à maior foi 1,14%. Em 2001, esse percentual diminuiu para 0,49% e em 2002 atinge 3,02%.

Gráfico 15



No gráfico seguinte, pode-se constatar a variação do FUNDEF de 2000 a 2002: a perda de 2000 para 2001 e a recuperação em 2002.

Gráfico 16



No próximo, pode-se constatar a participação do Fundef e das Receitas de Impostos nas despesas da Educação. Um aumento significativo das receitas oriundas da arrecadação e a constante do Fundef.

Gráfico 17



Há que se preocupar com novas fontes de financiamento para as ações educacionais. Organizar e estabelecer prioridades que atendam as necessidades mais urgentes, além de otimizar os recursos existentes será fundamental para uma gestão eficiente e eficaz.

Os demonstrativos financeiros nas próximas páginas apresentam a situação das finanças com relação à educação no último triênio: receitas próprias oriundas de impostos, recursos oriundos de transferências da União e Estado e despesas com educação.

## Exercício 2000

Tabela 42

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	TOTAL
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	R\$ 186.928,12
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS INTER-VIVOS - ITBI	R\$ 54.555,05
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	R\$ 21.183,20
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS	R\$ 17.167,62
QUOTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	R\$ 1.334.948,46
APROPRIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	R\$ 2.578,26
QUOTA PARTE DO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR	R\$ 14.974,52
QUOTA PARTE DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS	R\$ 868.978,74
QUOTA PARTE DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ARRECADAÇÃO DO IPI	R\$ 28.593,44
QUOTA PARTE DO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	R\$ 105.046,28
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.634.953,69</b>
APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA - 25% (CF-ART.212)	R\$ 658.738,42
OUTRAS RECEITAS (100%)	
CONVÊNIOS	
AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	
FUNDEF	
<b>TOTAL DA APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA</b>	<b>R\$ 658.738,42</b>

Tabela 43

DESPESAS POR FUNÇÕES E PROGRAMAS DE GOVERNO	TOTAL
EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$ 77.352,00
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE ZERO A SEIS ANOS	R\$ 1.043.747,90
ENSINO FUNDAMENTAL	
ENSINO MÉDIO	
ENSINO SUPERIOR	
ENSINO SUPLETIVO	
ASSISTÊNCIA AOS EDUCANDOS	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	R\$ 13.152,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 1.134.251,90</b>
OUTRAS DESPESAS (100%)	
CONVÊNIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	R\$ 78.090,16
FUNDEF	R\$ 367.484,19
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>R\$ 688.677,55</b>

continuação

RESUMO		
APLICAÇÃO À MAIOR	R\$	29.939,13
PERCENTUAL À MAIOR		1,14%
PROGRAMAS DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
08.42.188	3111 - Pessoal	104.909,89
	3113-Obrig.Patr.	25156,50
	3222 - transf. à Est (Fundef)	38.045,67
<b>TOTAL</b>		<b>168.112,06</b>

Tabela 44

PROGRAMAS DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	FUNDEF	
841 - Educação Infantil	3111- Pessoal	50.947,51		50.947,51
	3113-Obrig.Patronais	11.532,08		11.532,08
	3120- Mat.Cons.	11.920,28		11.920,28
	3132-Serv.Terc.	2.822,13		2.822,13
	4110-Obras	-		-
	4120 - Eq. e Mat. Perm.	130,00		130,00
842-Ensino Fundamental	3111- Pessoal	159.657,33	104.909,89	264.567,22
	3113-Obrig.Patronais	28.186,57	25.156,50	53.343,07
	3120- Mat.Cons.	19.366,92	58.616,08	77.983,00
	3132-Serv.Terc.	157.452,65	90.274,79	247.727,44
	3222-Transf. Est.(Fundef)	324.752,24	38.045,67	362.797,91
	4110-Obras	-	-	33.500,56
	4120 - Eq. e Mat. Perm.	-	16.980,70	16.980,70
<b>TOTAL</b>		<b>766.767,71</b>	<b>333.983,63</b>	<b>1.134.251,90</b>

Tabela 45

PROGRAMAS DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
08.42.188	3111- Pessoal	104.909,89
	3113-Obrig.Patronais	25.156,50
	3222-Transf. Est.(Fundef)	38.045,67
<b>TOTAL</b>		<b>168.112,06</b>

Tabela 46

RESUMO CONSOLIDADO - Exercício 2001

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	ACUMULADA		ORÇADA
RECEITAS PRÓPRIAS	473.823,51		320.000,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.545.672,04		1.205.000,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	1.069.594,61		667.000,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS</b>	<b>3.089.090,16</b>	<b>-</b>	<b>2.192.000,00</b>

B) RECURSOS ADICIONAIS (APLICAÇÃO 100%)	ACUMULADA		ORÇADA
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	-		-
CONVÊNIOS E OUTROS	44.832,10		25.000,00
F.M.D.E.F.V.M.	343.818,22		200.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-		-
<b>TOTAL GERAL DOS RECURSOS ADICIONAIS</b>	<b>388.650,32</b>	<b>-</b>	<b>225.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL DAS RECEITAS ( A + B )</b>	<b>3.477.740,48</b>	<b>-</b>	<b>2.417.000,00</b>

C) VALOR DA APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (CAPUT ART 212 DA CF OU PERCENTUAL DA LOM)			
	772.272,54		548.000,00

D) APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	ACUMULADO	%	PAGO	%
D.1) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ESPECIAL	87.531,31	2,83	87.531,31	2,83
D.2) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL				
DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DE IMPOSTOS (QUADRO 02)	755.344,89		755.344,89	
DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEF AUFERIDOS NO EXERCÍCIO (QUADRO 03)	280.189,58		278.356,52	
<b>DESPESAS TOTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>1.035.534,47</b>	<b>-</b>	<b>1.033.701,41</b>	
(-) VALOR DE CONTRIBUIÇÃO AO FUNDEF (ELEMENTO-3222 DO QUADRO 02)	358.377,85		358.377,85	
VALOR EFETIVAMENTE RETIDO AO FUNDEF (DIF. POSITIVA ENTRE A CONTRIBUIÇÃO E RETORNO DO FUNDEF)	22.679,19		22.679,19	
(-) PARCELA EMPENHADA DO GANHO LÍQUIDO DO OFUNDEF (PLUS APLICADO)	-		-	

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

APLICAÇÃO EFETIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL	699.835,81	22,66	698.002,75	22,60
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (60% DOS RECURSOS REF. CAPUT 212 DA CF)	463.363,52	15,00	463.363,52	15,00
APLICAÇÃO A MAIOR NO ENSINO FUNDAMENTAL	236.472,29	7,66	234.639,23	7,60
D.3) APLICAÇÃO FINAL (CAPUT ART.212 CF OU PERCENTUAL DA LOM) D.1+D.2	787.367,12	25,49	785.534,06	25,43
<b>APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA</b>	<b>772.272,54</b>	<b>25,00</b>	<b>772.272,54</b>	<b>25,00</b>
<b>APLICAÇÃO TOTAL A MAIOR</b>	<b>15.094,58</b>	<b>0,49</b>	<b>13.261,52</b>	<b>0,43</b>

<b>E) FUNDEF - ART.60 CAPUT/ADCT/CF</b>				
E.1) RECURSOS DO FUNDEF + APLICAÇÃO FINANCEIRA	343.818,22	100,00	343.818,22	100,00
E.2) DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEF				
DESPESAS COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO (MÍNIMO 60%)	189.043,68	54,98	187.210,62	54,45
DEMAIS DESPESAS (MÁXIMO 40%)	99.265,46	28,87	99.265,46	28,87
<b>TOTAL GERAL APLICADO</b>	<b>288.309,14</b>	<b>83,86</b>	<b>286.476,08</b>	<b>83,32</b>
RECURSOS ACUMULADOS NÃO APLICADOS	55.509,08		57.342,14	

<b>F) POSIÇÃO FINANCEIRA</b>				
REPASSES DECENAIIS - ART.69, §5º, LEI 9.394/96				
MÍNIMO OBRIGATÓRIO (25% OU PERCENTUAL DEFINIDO NA LOM DAS RECEITAS DE IMPOSTOS MENOS CONTRIBUIÇÃO AO FUNDEF)	413.894,69		413.894,69	
(-) REPASSES EFETUADOS	413.894,69		663.575,61	
REPASSES ACUMULADOS A MAIOR	-		249.680,92	

Tabela 47

## RESUMO CONSOLIDADO - Exercício 2002

A) RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	ACUMULADA		ORÇADA	
RECEITAS PRÓPRIAS	596.811,66		512.500,00	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.856.651,32		1.586.470,58	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	1.265.619,53		1.168.235,28	
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS</b>	<b>3.719.082,51</b>	-	<b>3.267.205,86</b>	
<b>B) VALOR DA APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (CAPUT 1RT 212 DA CF OU PERCENTUAL DA LOM)</b>	<b>929.770,63</b>		<b>816.891,47</b>	
C) RECURSOS ADICIONAIS (APLICAÇÃO 100%)	ACUMULADA		ORÇADA	
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	-		-	
CONVÊNIOS E OUTROS	76.223,81		25.000,00	
F.M.D.E.F.V.M.	375.900,39		340.000,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-		-	
<b>TOTAL GERAL DOS RECURSOS ADICIONAIS</b>	<b>452.124,23</b>		<b>365.000,00</b>	
<b>TOTAL GERAL DAS RECEITAS ( B + C )</b>	<b>1.381.894,86</b>	-	<b>1.181.891,47</b>	
D) APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	ACUMULADO	%	PAGO	%
D.1) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ESPECIAL	108.650,66	2,92	108.650,66	2,92
D.2) APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL				
DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DE IMPOSTOS (QUADRO 02)	560.345,25		594.778,77	
DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEF AUFERIDOS NO EXERCÍCIO (QUADRO 03)	285.831,41		285.690,64	
<b>DESPESAS TOTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>846.176,66</b>	-	<b>880.469,41</b>	
VALOR EFETIVAMENTE RETIDO AO FUNDEF (DIF. POSITIVA ENTRE A CONTRIBUIÇÃO E RETORNO DO FUNDEF)	87.389,81		87.389,81	

(-) PARCELA EMPENHADA DO GANHO LÍQUIDO DO FUNDEF (PLUS APLICADO)	-		-	
APLICAÇÃO EFETIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL	933.566,47	25,10	967.859,22	26,02
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (60% DOS RECURSOS REF. CAPUT 212 DA CF)	557.862,38	15,00	557.862,38	15,00
APLICAÇÃO A MAIOR NO ENSINO FUNDAMENTAL	375.704,09	10,10	409.996,84	11,02
D.3) APLICAÇÃO FINAL (CAPUT ART.212 CF OU PERCENTUAL DA LOM) D.1+D.2	1.042.217,13	28,02	1.076.509,88	8,95
<b>APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA</b>	<b>929.770,63</b>	<b>25,00</b>	<b>929.770,63</b>	<b>5,00</b>
<b>APLICAÇÃO TOTAL A MAIOR</b>	<b>112.446,50</b>	<b>3,02</b>	<b>146.739,25</b>	<b>3,95</b>

<b>E) FUNDEF - ART.60 CAPUT/ADCT/CF</b>				
E.1) RECURSOS DO FUNDEF + APLICAÇÃO FINANCEIRA	375.900,30	100,00	375.900,39	100,00
E.2) DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEF				
DESPESAS COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM EFETIVO EXERCÍCIO (MÍNIMO 60%)	225.204,00	59,91	225.204,08	59,91
DEMAIS DESPESAS (MÁXIMO 40%)	70.247,00	18,69	70.106,32	18,65
<b>TOTAL GERAL APLICADO</b>	<b>295.451,17</b>	<b>78,60</b>	<b>295.310,40</b>	<b>78,56</b>
RECURSOS ACUMULADOS NÃO APLICADOS	80.449,22		80.589,99	
<b>F) POSIÇÃO FINANCEIRA</b>				
REPASSES DECENAIS - ART.69, §5º, LEI 9.394/96				
(-) REPASSES EFETUADOS (QUADRO 6 LETRA B)	-		-	
MÍNIMO OBRIGATÓRIO (25% OU PERCENTUAL DEFINIDO NA LOM DAS RECEITAS DE IMPOSTOS MENOS CONTRIBUIÇÃO AO FUNDEF)	136.731,60		476.100,19	
REPASSES ACUMULADOS A MAIOR	136.731,60		476.100,19	

## Proposta de ação municipal

**Tendências e perspectivas - potencialidades**

Em todo o mundo, vive-se hoje a busca de novas perspectivas. Após uma década de globalização, há um sentimento generalizado de frustração, em face das imensas diferenças entre ricos e pobres e do crescente número de excluídos. No Brasil, as incertezas econômicas deixam um saldo dramático nos grandes centros, onde o desemprego, a insegurança, a degradação ambiental, entre outras mazelas, fazem ruir os índices de qualidade de vida.

No entanto, há um outro Brasil, nem sempre lembrado pela grande mídia, onde a labuta diária ocorre num cenário mais ameno, e os conflitos sociais são absorvidos mais facilmente pela sociedade. É o Brasil das cidades pequenas, em que a economia, quase sempre atrelada à produção de alimentos, não sofre tão intensamente os impactos das crises mundiais. Nessas comunidades, os relacionamentos são mais verdadeiros, a solidariedade é viável, vive-se com mais qualidade.

A maioria dessas comunidades, porém, ainda não se deu conta do potencial a ser explorado, ou seja, sua própria característica de "vida do interior". O estilo de vida que nelas permanece está no ideário dos habitantes das cidades grandes: tranqüilidade, cordialidade, segurança, contato com o ambiente rural, ar puro, um rio, uma represa e uma vara de pescar... é o que tantos querem, pelo menos nos períodos de férias.

Santa Cruz da Conceição encaixa-se perfeitamente no perfil das cidades com a qualidade de vida impossível nas cidades médias e grandes, e com duas grandes vantagens: quase metade de seus habitantes reside na zona rural, o que mostra a força das atividades econômicas ligadas à terra, e, em segundo lugar, sua zona urbana integrou ao seu perímetro um dos predcados mais importantes da zona rural, quando construiu a represa do ribeirão Moquém.

Pode-se considerar que Santa Cruz já se encaminha para adotar o turismo como uma de suas opções econômicas. Há que se observar, porém, que tal opção requer um envolvimento de toda a população: no empreendimento, na construção e manutenção de equipamentos, no suprimento de mão-de-obra, na confecção de produtos para venda aos turistas, na organização de festas, etc. À municipalidade cabe planejar, criar mecanismos legais de incentivo e restrição, buscar financiamento, divulgar a cidade, etc.

Por outro lado, não se pode esquecer a questão ambiental. Mesmo tendo perdido a vegetação original, de florestas, é necessário um zoneamento rural, com cuidado especial nas matas de galerias, para que o recurso água não seja comprometido. Na zona urbana, há que se garantir o tratamento de esgotos e do lixo, assim como o fornecimento de água.

Paralelamente, devem ser estimuladas as atividades agropecuárias, contempladas e harmonizadas no zoneamento municipal, juntamente com os empreendimentos ligados ao turismo, como hotéis, hotéis-fazenda, fazendas experimentais, pousadas, clubes de pesca, acampamentos juvenis, etc.

E, nas escolas, devem ser trabalhadas a história da comunidade e sua identidade, com ênfase no calendário de festas e eventos. Dessa forma se consegue elevar a auto-estima individual e se complementa a formação dos futuros cidadãos, participantes de uma cidade mais consciente de si mesma.

Ao longo de sua história, Santa Cruz da Conceição não foi contemplada com a ferrovia, mais adiante foi-lhe extirpada a autonomia, depois ficou ao largo da rodovia... uma trajetória aparentemente de perdas conduziu a comunidade santacruzense a uma situação hoje privilegiada para o turismo, a indústria do terceiro milênio.

### Plano de ação

O município de Santa Cruz da Conceição, apesar de ter suas raízes no século XIX, conquistou sua emancipação somente em 1953, através da Lei 2456 de 30 de dezembro do mesmo ano - é um município relativamente novo.

O município de Santa Cruz da Conceição não pode ser considerado jovem, pois já completou cem anos desde a primeira emancipação. E toda a sua história está ligada às atividades rurais, até hoje. Basta verificar que suas empresas mais importantes estão ligadas a atividades tradicionais: cerâmica e laticínio. Ganharam novos produtos, novas técnicas, mas sua matéria-prima está diretamente ligada à terra.

Apesar da idade do município, a maior parte das empresas é de estabelecimento recente. Segundo o IBGE, em 1999 existiam 98 empresas no município, sendo 83 delas com menos de 20 anos.

A análise das informações econômicas indica uma expansão no município. Os dados demográficos, porém, não trazem a mesma informação: a população aumentou em números absolutos, mas houve diminuição da população jovem economicamente ativa no município. Certamente essa população, na faixa entre 20 e 40 anos, é atraída por melhores oportunidades de trabalho em municípios vizinhos.

Essa migração, somada à diminuição dos índices de natalidade das últimas décadas, significa reflexos importantes para todo o município. Não se pode deixar de considerar que além de ser uma população economicamente ativa é aquela que tem filhos em idade escolarizável.

Observando-se a tabela a seguir, da Fundação SEADE, pode-se verificar o número de crianças e jovens em 2000.

Tabela 48

População Feminina		População Masculina		Totais
00 a 04 anos	128	00 a 04 anos	140	268
05 a 09 anos	144	05 a 09 anos	154	298
10 a 14 anos	168	10 a 14 anos	178	346
15 a 19 anos	175	15 a 19 anos	202	377
<b>Total</b>	<b>615</b>	<b>Total</b>	<b>674</b>	<b>1289</b>

Fonte: SEADE-2000

Em 2000, a população de crianças até quatro anos era de 268. Entre cinco e nove anos, 298; entre dez e quatorze anos era de 346 adolescentes e entre quinze e dezenove anos de 377. O total de crianças e jovens era de 1.289 pessoas, ou seja, para um total de 3.525 pessoas no município, 36% da população estava compreendida em faixa escolarizável.

No mesmo ano foram efetuadas 182 matrículas (MEC/INEP) em Creche e EMEI, um número bem abaixo do indicado na tabela para a faixa de 0 a 4 anos, principalmente se considerarmos que essas instituições recebem crianças até 6 anos. Porém, nem todas as famílias matriculam os filhos nas escolas antes dos 6 anos, por preferirem os cuidados da mãe ou por não vislumbrarem nas Creches e EMEIs uma perspectiva de desenvolvimento. De acordo com a Diretoria de Ensino de Santa Cruz, todas as crianças dessas faixas etárias que procuraram as instituições municipais nos últimos anos foram atendidas.

No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, também fica difícil confrontar os dados demográficos com aqueles coletados pelo MEC/INEP, referentes às matrículas efetuadas em cada ano, porque as faixas etárias utilizadas pela Fundação SEADE não coincidem com as faixas dos segmentos educacionais.

Em 2000, no Ensino Fundamental foram efetuadas 337 matrículas de 1ª a 4ª séries (MEC/INEP). Considerando que a Fundação SEADE utiliza outro critério de agrupamento de faixas etárias da utilizada para classificação em séries pelas escolas, não há como precisar os dados, porém os números não apresentam discrepâncias. Há também um equilíbrio entre demanda e oferta. Ainda em 2000, o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries recebeu 354 matrículas e o Ensino Médio 240 matrículas.

De qualquer forma, o município de Santa Cruz da Conceição tem conseguido manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda no setor da educação, em todos os níveis.

Quanto à distribuição das unidades escolares, pode-se afirmar que existe uma indiscutível concentração na sede do município. Existe somente uma escola rural, no bairro do Paraíso - bairro distante e próximo ao limite com o município de Pirassununga. Este é um fator que exige uma reflexão, pois não se pode deixar de considerar que 45% da população vivia na zona rural em 2000, segundo a Fundação SEADE, e 55% na zona urbana. Entretanto, considerando-se as dimensões do município, trazer o aluno para a cidade pode ser ainda uma boa alternativa para se otimizar a utilização dos estabelecimentos já existentes. Em 2003, 25% das matrículas de 1ª a 4ª série foram efetuadas na escola rural.

A questão da quantidade de oferta de ensino não aparenta problemas sérios para o município. No entanto, há que se pensar na qualidade desta oferta. Considerando-se o que existe hoje no município e suas tendências para o futuro deve-se refletir sobre que tipo de escola será adequado para o município. Como será esta escola? O que se estará oferecendo aos alunos? Que tipo de cidadão se pretende formar?

Buscando atender a todas essas preocupações, definir-se-á o Plano de Ação do presente Plano Municipal de Educação.

Com base nas tendências do município, será apresentado a seguir um plano de metas a serem atingidas no próximo decênio.

**Objetivos gerais do Plano Municipal de Ensino:**

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- melhoria da qualidade de ensino;
- formação para o trabalho;
- promoção humanística, científica e tecnológica do país;
- elevação global do nível de escolaridade da população;
- melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;
- redução das desigualdades sociais e regionais quanto ao acesso e ao sucesso;
- democratização do ensino público.

**Objetivos por nível e modalidade de ensino**

**Educação Infantil**

Nas últimas décadas, as mulheres ingressaram definitivamente no mercado de trabalho e isso provocou mudanças na organização e estruturação das famílias em todo o mundo. A situação de desemprego do marido, a renda familiar insuficiente ou simplesmente por constituírem famílias monoparentais, faz com que as mulheres assumam trabalhos fora de casa, transformando-se em muitos casos, verdadeiros arrimos-de-família. Certamente esse fator tem sido decisivo para a expansão da educação infantil no Brasil e preocupação cada vez maior para Poder Público.

Além do fator sócio-econômico, debates a nível internacional apontam para a necessidade das instituições que trabalham com essa faixa etária mudarem o enfoque de sua prática. A creche e a pré-escola devem assumir novos papéis. A sociedade começa a se conscientizar da importância das experiências que a criança vivencia na primeira infância.

Nesse contexto, a Educação Infantil no município de Santa Cruz da Conceição tem sido trabalhada no sentido de suprir as necessidades das famílias, oferecendo-lhes apoio no cuidado com suas crianças e buscando desenvolver um potencial que possa estar adormecido, por falta de estímulo e conhecimento.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, os princípios que embasam o trabalho na Educação Infantil são:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
- o direito das crianças brincarem, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Os profissionais que trabalham com Educação Infantil necessitam ser devidamente valorizados pela sociedade, pelo Poder Público e por eles próprios, que muitas vezes não têm a consciência da importância do seu papel. Envolvê-los na elaboração, execução e avaliação de Projetos Pedagógicos é fundamental.

Conforme o Art. 2º da **LEI nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação** "a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Está claro neste artigo que é também dever da família zelar pela educação das crianças. Para que isso ocorra efetivamente, é importante envolvê-las em projetos de integração família-escola; afinal, a escola tem na família seu principal parceiro na educação e vice-versa.

### **Ensino Fundamental**

A educação transcende a simples função de informar. Ela abrange processos formativos das crianças e jovens que se desenvolvem desde os primeiros anos de vida em família, na escola e na comunidade.

O Ensino Fundamental, parte integrante da Educação Básica, tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Conforme a LDB, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o

pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Conforme a LDB, o ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Educar o aluno para torná-lo um cidadão criativo, crítico e construtivo é um grande desafio e exigirá um trabalho sincronizado entre os seus atores: alunos, professores, família e sociedade. Dar o suporte necessário para que o aluno possa atingir os objetivos propostos, será outro desafio para os poderes públicos.

• **Ensino Médio**

Com a atual organização dos níveis de ensino, ficou estabelecido pela LDB que o Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica.

Assim, o trabalho iniciado na Educação Infantil deverá ter continuidade, ser desenvolvido no Ensino Fundamental e consolidado no Ensino Médio.

Significa ser parte da formação que todo brasileiro jovem deva ter para enfrentar a vida adulta com mais segurança.

A Educação deve acompanhar as transformações que ocorrem no mundo. Segundo Ruy Leite Berger Filho, *"a consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho"*. Por essa razão, propõe-se um currículo baseado no domínio de competências básicas e não no simples acúmulo de informações. O currículo deverá proporcionar vínculos com os diversos contextos de vida dos alunos, de forma que tenha real significado em suas vidas.

O trabalho pedagógico deverá ser orientado no sentido de desenvolver, nos alunos, valores e competências necessárias para a sua efetiva interação na comunidade/sociedade.

Conforme o Art. 35. da LDB, *o ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:*

*I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;*

*II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;*

*III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;*

*IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.*

A ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico deverão ser constantemente trabalhados pelos professores.

Integrar o aluno ao mundo do trabalho e do conhecimento técnico, de forma que possa estar continuamente acompanhando as mudanças que acontecem

no dia-a-dia, será de fundamental importância assim como conhecer as suas reais necessidades e anseios.

Os dados estatísticos indicam um gradativo aumento na demanda para o Ensino Médio, principalmente no período noturno e o Poder Público deverá estar preparado para atendê-la.

#### **Educação de Jovens e Adultos**

*"...a alfabetização, concebida como o conhecimento básico, necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. (...) O desafio é oferecer-lhes esse direito... A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida".*

Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos-1997, da qual o Brasil é signatário.

A preocupação com a educação básica para adultos no Brasil começou nos anos 30 do século passado, quando o país iniciava uma fase de intensa industrialização e urbanização. Apesar da luta contra o analfabetismo ter completado tantos anos, hoje ainda existem cerca de 20 milhões de pessoas que não conseguiram completar quatro anos de escolaridade. Sabe-se que baixos níveis de escolarização estão fortemente associados a outras formas de exclusão: ao trabalho, à participação social e política, à vida comunitária, às oportunidades de lazer e desenvolvimento cultural.

Uma das metas prioritárias de Santa Cruz da Conceição é assegurar o ingresso, a permanência e a conclusão do Ensino Fundamental, com qualidade, aos munícipes com idade superior a 15 anos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos precocemente.

Conforme a Resolução CNE/CBE nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, esta modalidade de ensino "se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

- I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;*
- II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;*

- III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica".

### Educação Especial

A Educação Especial, como modalidade da educação escolar, está organizada para cumprir os dispositivos legais e políticos-filosóficos da Constituição Federal; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9394/96; do Plano Nacional de Educação - Lei n.º 10.172/01; da Lei n.º 853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências e sua integração social; do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n.º 8069/90; do Decreto n.º 3298/99, que regulamenta a Lei n.º 7853/89 (que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência); da Portaria MEC n.º 679/99, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos de credenciamento de instituições; da Lei n.º 10.098/00 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; da Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, Tailândia, em 1990, e da Declaração de Salamanca, produzida na Conferência mundial sobre necessidades educacionais especiais: Acesso e Qualidade, na Espanha, em 1994.

Conforme a Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, em seu artigo 3º, Educação Especial é definida como

*modalidade da educação escolar, (...) um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.*

Conforme citado na Resolução CNE/CEB nº 2, em seu artigo 4º, a Educação Especial considerará o perfil de cada aluno conforme suas características bio-psicossociais e suas faixas etárias, e estará pautada em princípios éticos, políticos e estéticos, de modo a assegurar:

- I. a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;
- II. a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e

- aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;*
- III. *o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.*

#### **Magistério da Educação Básica**

A melhoria da qualidade do ensino depende de uma série de fatores. No entanto, é certo que a valorização do magistério é fundamental, pois somente com o professor motivado e bem preparado esse objetivo será alcançado.

A valorização do magistério será conquistada através de uma política global que implica

- na formação profissional inicial;
- nas condições de trabalho, salário e carreira e
- na formação continuada.

Um profissional deve vislumbrar perspectivas de crescimento e de continuidade de seu processo de formação. Salário digno e carreira são componentes essenciais, mas o professor também deve estar envolvido e motivado para desenvolver seu trabalho e crescer enquanto profissional da educação.

#### **Ensino Superior**

Apesar do município não possuir nenhum estabelecimento de ensino superior, o aumento das exigências do mercado de trabalho provocou, nos últimos anos, um crescimento na demanda por esse nível de ensino.

Os egressos do Ensino Médio que queiram continuar seus estudos, ou professores que buscam cursos de graduação ou pós-graduação, são obrigados a se deslocar para municípios vizinhos.

## **Necessidades, metas, estratégias e prazos**

Necessidade do atendimento educacional	Metas	Estratégias	Prazo
Educação Infantil			
estabelecer programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre zero a seis anos de idade	100% dos pais	elaborar programas contínuos de orientação e apoio aos pais	a partir de 2004
garantir que a partir da vigência do presente Plano, sejam admitidos, na educação infantil, somente profissionais que possuam titulação mínima em nível médio na modalidade normal, dando-se preferência à admissão de profissionais graduados em curso específico de nível superior.	100% dos profissionais contratados a partir da vigência do Plano	reestruturação do Plano de Carreira	a partir de 2004
instituir mecanismos de colaboração entre os setores da educação, saúde e assistência social na manutenção, expansão, administração das instituições de atendimento das crianças de zero a 6 anos de idade.	100% das unidades escolares municipais	reuniões ordinárias, agendadas semestralmente para estudo de ações	a partir de 2004
colocar em execução programas de capacitação em serviço.	100% dos profissionais envolvidos em Educação Infantil	garantir no Plano de Carreira	a partir de 2004
Garantir o ensino de Língua Estrangeira	Alunos da Pré-Escola	Fazer com que os alunos tenham contato com uma nova língua.	A partir de 2004
implantar conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local	100% das unidades escolares municipais	curso de formação de conselheiros	até 2006
assegurar que todas as instituições de educação infantil tenham formulado seus	100% das EMEIS	um professor-coordenador, cursos e palestras sobre os Referenciais de Educação Infantil, instrumental teórico-	Até 2006

Necessidades, metas, estratégias e prazos

projetos pedagógicos com a participação dos profissionais da educação neles envolvidos Utilizar horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) para capacitações	100% dos profissionais da educação infantil	prático para elaboração de projetos	A partir de 2004
	100 % dos diretores de Educação Infantil	realização de convênios e parcerias com instituições de ensino públicas ou privadas	em 2008
	100% dos professores /ADIs tenham a formação específica em nível médio (modalidade Normal)	realização de convênios e parcerias com instituições de ensino públicas ou privadas	até 2010
ampliação da oferta de educação infantil	atender 30% da população de zero a 3 anos de idade e 60% de 4 a 5 ou 6 anos	reestruturação da Educação Infantil no município, com a construção e/ou adaptação de mais salas e a criação de mais turmas, de acordo com a demanda	até 2008
	atender 50% das crianças de zero a 3 anos e 80% de 4 a 5 ou 6 anos -		em 2013
garantir que todos os professores tenham a formação específica em nível superior	70% dos docentes de Educação Infantil	realização de convênios e parcerias com instituições de ensino públicas ou privadas	até 2013

Necessidades, metas, estratégias e prazos

Necessidade do atendimento educacional	Metas	Estratégias	Prazo
<b>Ensino Fundamental</b>			
universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência das crianças nas escolas	100% da população da faixa etária	ampliação da oferta com reformas ou construção de salas de aula, conforme a demanda e manutenção de programas suplementares	Até 2008
reduzir os índices de repetência e evasão	diminuir em 50% os índices de repetência e evasão	programas de aceleração da aprendizagem e de recuperação paralela ao longo do curso, garantindo efetiva aprendizagem	até 2008
assegurar que as escolas tenham formulado seus projetos pedagógicos, com observância das Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental e dos Parâmetros Curriculares Nacionais	100% das escolas municipais	um professor-coordenador para o ensino fundamental, cursos e palestras sobre PCNs e atualidades	até 2006
promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando a instituição de conselhos escolares ou órgãos equivalentes	100% das escolas municipais	curso de formação de conselheiros	até 2006
manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação	100% das escolas municipais	análise dos tipos de abordagem sobre questões de gênero e etnia	a partir de 2004
utilizar horas de trabalho pedagógico coletivo (htpc) para capacitações	100% das escolas municipais	reuniões planejadas, palestras e debates	a partir de 2004

realizar um censo educacional anual, visando localizar a demanda e universalizar a oferta de ensino obrigatório.	100% do município	elaboração de instrumentos para a realização do censo	a partir de 2004
Garantir o ensino da Língua Estrangeira	100% do ensino fundamental	Avaliação dos alunos da rede municipal estudo para futura implantação da mesma na grade curricular.	em 2007 A partir de 2008
Garantir que a educação ambiental seja tratada e desenvolvida como uma prática integrada, contínua e permanente, conforme a Lei nº 9795/99	100% dos alunos da rede municipal	elaboração de um projeto pedagógico integrado pelos docentes e professor-coordenador	a partir de 2004
promover a integração família-escola	100% dos alunos da rede municipal	elaboração de projeto de ação contínua pela equipe de docentes/pais interessados / funcionários/APM/ Conselhos	a partir de 2004
incentivar a prática de esportes	100% dos alunos da rede municipal	Contratação, através de parcerias com empresas do município, fundações e outras organizações da sociedade civil, de um profissional para treinar times de alunos da rede pública, nas diversas modalidades	a partir e 2004
Garantir acesso à informática básica	Opcional para 100% dos alunos da rede municipal (1ª a 4ª).	construção de um laboratório de informática, compra de equipamentos, contratação de professor(es) de informática ou utilização de estagiários voluntários da área.	Até 2006
apoiar e incentivar as organizações estudantis como espaço de participação e exercício da cidadania.	100 % das escolas municipais	realização de palestras motivacionais	até 2006
promover avaliação periódica da qualidade de aproveitamento dos alunos.	100% dos alunos do ensino fundamental da rede municipal	Elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação por terceiros contratados especificamente para esse fim	a partir de 2005

Necessidade do atendimento educacional	Metas	Estratégias	Prazo
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>			
reduzir a taxa de analfabetismo no município	redução em 50%	através de um programa de atendimento à população maior de 15 anos que não teve acesso à escolarização na idade adequada. Com reuniões em bairros urbanos e rurais, e aulas dinâmicas, preparadas por profissionais capacitados para esse fim	até 2008
associar à Educação de Jovens e Adultos a oferta de cursos básicos de formação profissional sempre que possível	redução em 100%	cursos de qualificação profissional em parceria com entidades públicas ou privadas	até 2013
diminuir a evasão nessa modalidade de ensino	30% dos alunos de EJA	facilitar o acesso dessa clientela à escola e motivar os alunos para a frequência às aulas, oferecendo-lhes livros, jornais, revistas, apostilas, vídeos e tantos outros materiais pedagógicos necessários e significativos;	a partir de 2004
melhorar a autoestima, o relacionamento interpessoal, novas formas de linguagem e a consequente socialização dos alunos de EJA	100% dos alunos de EJA	promover o convívio social, seja em atividades de lazer ou de cultura, no espaço da escola ou na comunidade do entorno, através da organização de gincanas, exposições, debates e palestras serão imprescindíveis para que os alunos tenham a oportunidade de participar, debater, cuidar de bens comuns e organizarem-se enquanto grupo;	a partir de 2004
motivar professores de EJA a ampliar e atualizar seus conhecimentos a respeito dessa modalidade	100% dos alunos de EJA	incentivar as instituições de educação superior da região a oferecerem cursos de extensão aos docentes desta modalidade;	a partir de 2004
despertar o compromisso social das empresas locais com relação ao problema do analfabetismo		incentivar a criação de programas permanentes de educação de jovens e	a partir de 2004

Necessidades, metas, estratégias e prazos

<p>criar condições para os alunos de EJA para que ele possa gerar renda própria</p>		<p>adultos em empresas públicas e privadas para seus trabalhadores;</p>	<p>à partir de 2004</p>
<p>oferecer suporte pedagógico e psicológico ao professor de EJA</p>	<p>100% dos docentes interessados na modalidade</p>	<p>articular as políticas de educação de jovens e adultos com as de proteção contra o desemprego e geração de empregos/renda, cursos de capacitação para motivar e envolver o professor, para que ele desempenhe seu compromisso social consciente das especificidades da clientela de Jovens e Adultos.</p>	<p>à partir de 2004</p>
<p>conquistar novas parcerias com instituições públicas e privadas, assim como organizações não-governamentais</p>		<p>estimular as universidades e organizações não-governamentais a oferecer cursos dirigidos para alunos da Educação de Jovens e Adultos, em especial para aqueles que já se encontram na Terceira Idade</p>	<p>à partir de 2004</p>

Necessidades, metas, estratégias e prazos

Necessidade do atendimento educacional	Metas	Estratégias	Prazo
<b>Educação Especial</b>			
identificar e redimensionar a clientela portadora de necessidades educacionais especiais no município, com realização de um censo quinzenal	100% do município	elaboração de instrumentos para a realização do censo	à partir de 2004
generalizar o atendimento dos alunos com necessidades especiais na educação infantil e ensino fundamental	100% dos alunos portadores de necessidades especiais da educação infantil e ensino fundamental	parcerias com municípios que dispõem de atendimento especial	à partir de 2004
assegurar o transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldade de locomoção	100% dos alunos portadores de necessidades especiais da educação infantil e ensino fundamental	Adaptação do transporte escolar conforme necessidade	à partir de 2004
assegurar a inclusão, no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos,	100% dos alunos portadores de necessidades especiais da educação infantil e ensino fundamental	identificação dos recursos disponíveis e formação em serviço aos professores em exercício	até 2006
atender portadores de necessidades especiais da educação infantil até a qualificação profissional dos alunos	100% dos alunos portadores de necessidades especiais da educação infantil e ensino fundamental	programas educacionais em parceria com as áreas de saúde, assistência social e com municípios que dispõem de atendimento especial.	à partir de 2004
buscar mediações pedagógicas que melhorem o desempenho de todos os alunos da classe;	100% dos docentes e ADiIs da educação infantil e ensino fundamental	orientação em reuniões pedagógicas periódicas, sobre o trabalho com os alunos portadores de necessidades especiais	à partir de 2004
propiciar formação continuada ao docente a respeito de inclusão e atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais	100% dos docentes e ADiIs da educação infantil e ensino fundamental	ações conjuntas com instituições de educação superior para a formação continuada de professores	à partir de 2004

<p>informar e atualizar os professores com relação às deficiências que tenham de trabalhar;</p>	<p>100% dos docentes e ADIs da educação infantil e ensino fundamental</p>	<p>proporcionar cursos e palestras nas áreas de psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia, através de trabalho voluntário e parcerias com entidades.</p>	<p>a partir de 2004</p>
<p>criar perspectivas de autonomia ao portador de necessidades especiais melhorar o relacionamento família /escola/aluno portador de necessidade especial</p>	<p>100% dos docentes ADIs e alunos portadores de necessidades especiais 100% da comunidade escolar</p>	<p>orientação a professores e alunos com relação à formação profissional. orientação através de palestras aos pais e familiares no sentido de cooperar com o processo de desenvolvimento de seus filhos</p>	<p>a partir de 2004 a partir de 2004</p>

Necessidade do atendimento educacional	Metas	Estratégias	Prazo
<b>Magistério da Educação Básica</b>			
garantir a reestruturação dos planos de carreira e magistério de acordo com a Lei n.º 9424/96;	100% da rede municipal	criação de comissão para o estudo do plano existente e verificar alterações necessárias para elaboração do novo Plano de Carreira	em 2004
promover, em ação conjunta com a União e o Estado, a avaliação periódica da qualidade de atuação dos professores;	100% dos docentes da rede municipal	Elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação por terceiros contratados especificamente para esse fim	a partir de 2005
instrumentalizar o docente para que ele possa apresentar melhores resultados em seu trabalho com os Parâmetros Curriculares Nacionais e Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil	100% dos docentes da rede municipal	Capacitação dos profissionais da educação, com temas específicos da história, da cultura, das manifestações artísticas e religiosas do segmento afro-brasileiro, indígenas e dos trabalhadores rurais e sua contribuição na sociedade brasileira	a partir de 2004
garantir a qualificação mínima exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, observando as diretrizes e os parâmetros curriculares;	100% dos docentes da rede municipal	programas de formação em serviço que assegurem a todos os professores a possibilidade de adquirir a qualificação mínima exigida pela LDB com a colaboração da União e do Estado	até 2007
garantir que todas as auxiliares de desenvolvimento infantil (ADIs) possuam no mínimo habilitação em nível médio (modalidade Normal);	100% das ADIs	realização de parcerias ou convênios com instituições da rede privada ou pública	a partir de 2008

Necessidade do atendimento educacional	Metas	Estratégias	Prazo
<b>Recursos físicos, didático-pedagógicos e administrativos</b>			
Estabelecer custo/aluno por nível e modalidade de ensino, vinculados a padrões mínimos de qualidade pré-estabelecidos no município	100% da rede municipal	realização de pesquisa no universo da rede municipal	Até 1º sem de 2006
Garantir Diretor de Escola em todas as unidades escolares	selecionar, classificar e contratar: 3 Diretores de Escola	contratação dos profissionais de acordo com as necessidades das unidades municipais	Até 2006
Garantir Orientador Educacional na rede municipal	selecionar, classificar e contratar: 1 orientador educacional	Contratação de profissional através de concurso por ordem de classificação, de acordo com as necessidades das unidades municipais	A partir de 2008
Constituir equipe multidisciplinar composta de psicóloga, fonoaudiólogo, dentista, nutricionista e assistente social	Selecionar, classificar e contratar: 1 psicólogo 1 assistente social 1 fonoaudióloga 1 nutricionista 1 dentista	Contratação de profissional através de concurso e por ordem de classificação, de acordo com as necessidades das unidades municipais.	A partir de 2006
Garantir Professor de Educação Física, e professor substituto efetivo em todas as unidades escolares	selecionar, classificar e contratar: 1 Professor de Educação Física 4 professores substitutos efetivos	contratação dos profissionais através de concurso por ordem de classificação, de acordo com as necessidades das unidades municipais	Até 2006
Criar estrutura física, administrativa e humana para o funcionamento do Departamento de Educação de Santa Cruz da Conceição	atender 100% da rede municipal de ensino	criação e organização de um espaço físico exclusivo para o Departamento de Educação	até 2006
Prover o Departamento de Educação com recursos humanos necessários para o funcionamento da mesma.	Selecionar, classificar e contratar: 1 secretária 1 escriturária 1 auxiliar de serviços gerais	contratação temporária dos profissionais conforme classificação e/ou concurso público	até 2006
elaborar padrões mínimos de infra-estrutura	atender 100% da rede de ensino do	criação de comissões para discussão de	A partir de

<p>elaborar padrões mínimos de infra-estrutura (espaço interno, iluminação, insolação, ventilação, instalações sanitárias, instalações para preparo e/ou serviço de alimentação, ambiente externo e interno, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos, adequação para alunos com necessidades especiais) para funcionamento adequado das instituições de educação infantil e fundamental-públicas e privadas - prazo de 1 ano</p> <p>Autorizar somente as construções e funcionamentos de instituições de educação infantil, e fundamental - públicas ou privadas, que atendam aos requisitos de infra-estrutura pré-determinados</p>	<p>atender 100% da rede de ensino do município</p>	<p>criação de comissões para discussão de problemas comuns e troca de experiências. Elaboração de um documento com padrões mínimos de infraestrutura estabelecidos.</p>	<p>A partir de 2004</p>
<p>Reestruturar a Educação Infantil</p>	<p>100% dos estabelecimentos que serão criados a partir da vigência do documento que estabelece os requisitos pré-determinados</p>	<p>organização de uma comissão para realizar vistoria rigorosa dos estabelecimentos que solicitarem alvará de funcionamento</p>	<p>A partir de 2004</p>
<p>Reorganizar o espaço físico da EMEF Maria Aparecida De Carlí Felipe e transformá-la em EMEIEF, inclusive com creche.</p>	<p>unificar creche e pré-escolas do município em um espaço físico comum</p>	<p>ampliação e reforma para adequação da estrutura da Creche Municipal Imaculada Conceição para atender as crianças de zero a seis anos de idade</p>	<p>até 2008</p>
<p>Oferecer aos alunos da rede municipal, acesso à informática.</p>	<p>atender 100% dos alunos do bairro Paraiso e adjacências.</p> <p>construir laboratório de informática, em cada unidade escolar para alunos do ensino fundamental e pré-escola.</p>	<p>Reforma ou construção de novas instalações para a EMEF Maria Aparecida De Carlí Felipe do Bairro Paraiso.</p> <p>aquisição de 45 equipamentos completos e 3 impressoras; programas e softwares apropriados para uso em Educação Infantil e Ensino Fundamental (1ª a 4ª).</p>	<p>Até 2008</p> <p>até 2007</p>

<p>Adequar as instalações da EMEF Maria Herminia Ruegg Ravanini com biblioteca e consultório odontológico, sala para recursos audiovisuais</p>	<p>100% dos alunos da rede municipal</p>	<p>Ampliação da EMEF Maria Herminia Ruegg Ravanini: - construção de uma sala para abrigar a biblioteca, devidamente mobiliada e com acervo próprio para a faixa que será atendida - Ensino Fundamental - construção de um gabinete para atendimento odontológico com todos os equipamentos necessários - construção de uma sala para recursos audiovisuais</p>	<p>até 2007</p>
<p>Criação de uma sala multifuncional</p>	<p>100% da comunidade escolar</p>	<p>construção de uma sala multifuncional para aproximadamente 50 pessoas</p>	<p>Até 2007</p>
<p>Informatização da administração do Departamento de Educação de Santa Cruz da Conceição Aperfeiçoar o fluxo de informações entre as unidades escolares e a Diretoria de Educação Inclusão de Projetos Educacionais</p>	<p>100% da rede municipal atender 100% das Unidades de Ensino da rede municipal Alunos da rede municipal</p>	<p>aquisição de 4 computadores completos, 4 impressoras e conexão com internet informatização de todas as unidades e instalação de internet Através de recursos próprios, parcerias e convênios com instituições da rede pública ou privada</p>	<p>até 2006 até 2006 A partir de 2004</p>
<p>Estabelecer programas de formação do pessoal técnico das secretarias, para suprir as necessidades dos setores de informação e estatísticas educacionais, planejamento e avaliação</p>	<p>atender a 100% do pessoal técnico-administrativo do Departamento de Educação do município.</p>	<p>Programas de capacitação do pessoal técnico-administrativo da Secretaria de Educação, com auxílio técnico e financeiro da União, parcerias com entidades da sociedade civil ou recursos próprios</p>	<p>até 2008</p>

## Marcos legais

**Educação Infantil**

- **Constituição de 1988**, inciso IV do artigo 208, afirma: *O dever do Estado com educação será efetivado mediante garantia de (...)atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.*
- **Constituição Estadual/89** - art.247
- **Lei nº 10.172** de 9 de janeiro de 2001 - Plano Nacional de Educação
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei Nº 9.394), de 20 de dezembro de 1996, reproduz, também o inciso da Constituição Federal no Art.4º do Título III (Do Direito À Educação E Do Dever De Educar). Quando trata da Composição dos Níveis Escolares, no Art.21,a LDB explicita: *A educação escolar compõe-se de: I - Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; (...).* No capítulo sobre a Educação Básica, Seção II, trata especificamente da Educação Infantil, nos artigos 29, 30 e 31.
- **Estatuto da Criança e do Adolescente**, no capítulo IV, Art.53.inciso IV, e afirma esse direito constitucional: *É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.*
- **Resolução CNE/CEB nº1/00**
- **Pareceres CNE/CEB nº 22/98 e nº 4/2000**
- **Deliberação CEE nº 22/97 e Indicação CEE nº2/97**
- **Indicação CEE nº4/99**
- **RCNEI** - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

**Ensino Fundamental**

- **Lei nº 10.172** de 9 de janeiro de 2001 - Plano Nacional de Educação
- **Constituição Federal/88** - inciso I do artigo 208; § 2º do artigo 210
- **Constituição Estadual/89** art.249
- **Lei Federal nº 9.394/96** - LDB - Seção III - Do Ensino Fundamental- do artigo 32 ao 34
- **Resolução CNE/CEB nº 2/98**
- **Parecer CNE/CEB nº 4/98**
- **Indicação CEE nº8/2001**
- **Deliberação CEE nº9/97 e Indicação CEE nº8/97**
- **Parâmetros Curriculares Nacionais**

**Educação de Jovens e Adultos**

- **Lei nº 10.172** de 9 de janeiro de 2001 - Plano Nacional de Educação
- **Constituição Federal de 1988** – estabelece que "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família..." e ainda ,ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- **Parecer 05/97** do Conselho Nacional de Educação- aborda a questão da denominação "Educação de Jovens e Adultos" e "Ensino Supletivo", define os limites de idade fixados para que jovens e adultos se submetam a exames supletivos, define as competências dos sistemas de ensino e explicita as possibilidades de certificação.
- **Parecer 12/97** do Conselho Nacional de Educação – elucida dúvidas sobre cursos e exames supletivos e outras.
- **Parecer 11/99** do Conselho Nacional de Educação – aborda o objeto da portaria ministerial nº 754/99 que dispõe sobre a prestação de exames supletivos pelos brasileiros residentes no Japão.
- **Resolução CNE/CEB nº1**, de 5 de julho de 2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.

- **Parecer 11/2000** do Conselho Nacional de Educação - faz referência às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos

### Educação Especial

- **Constituição Federal/88** - inciso III do artigo 208
- **Constituição Estadual/89** - artigo 258 (alterada pela E.C. nº 13/02)
- **Lei nº 9.394/96 - LDB** - artigos 58, 59 e 60
- **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências (ver item nº 8 Educação Especial)
- **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- **Resolução CNE/CEB nº 2/2001, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- **Pareceres CNE/CEB nº 6/97; nº 17/2001; nº 4/2002**
- **Deliberação CEE nº 5/2000; Indicação CEE nº 12/99**
- **Parecer CEE nº 687/99**
- **Parecer CNE/CEB nº 17/2001**. Aprovado em 3 de julho de 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

### Decretos

- **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

### Declarações

- **Declaração de Salamanca** e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais Documento inspirado no princípio da Integração/Inclusão. Constitui uma importância contribuição para o programa com vista à Educação para Todos.
- **Declaração Mundial de Educação para Todos**  
Há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que "toda pessoa tem direito à educação".

### Sobre o Censo Escolar

- **Constituição Federal** - Estabelece o levantamento de informações e estatísticas como sendo parte do dever do Estado para com a educação, por meio da realização do Censo Escolar: "Art. 208 - § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência escolar."
- **Lei do Fundef - Lei nº 9.424/96** - Fixa, como base para a distribuição dos recursos do Fundo, os dados oficiais do Censo Escolar sobre a matrícula no ensino fundamental.
- **Decreto nº 2.264/97** - Regulamenta a aplicação da Lei do Fundef e estabelece de forma mais explícita o papel do Censo Escolar na operacionalização da nova sistemática de financiamento do ensino fundamental.
- **Portaria Ministerial nº 177/98** - Delega ao INEP a responsabilidade de coordenar o Censo Escolar e define as ações de sua competência.
- **Portaria Ministerial nº 1.124/98** - Define os procedimentos para a interposição de recursos para retificação dos dados do Censo Escolar.
- **Portaria Ministerial nº 1.496/95** - Institui o Dia Nacional do Censo Educacional, que recai sempre na última quarta-feira de março, quando tem início o processo de coleta nas escolas.

- **Portaria INEP nº 37/99** - Institui o Comitê de Acompanhamento do Censo Escolar, com a finalidade de prestar apoio e subsídios ao INEP no desempenho das suas competências relacionadas com a realização do Censo Escolar.
- **Portaria INEP nº 17/01**- Define o cronograma do Censo Escolar 2001, fixando as datas para a execução de cada etapa do processo.

## **Lista de tabelas e gráficos**

**Tabelas**

1	Saneamento Básico
2	Habitações / Domicílios
3	Sede de empresas com CNPJ por ano de fundação
4	Sede de empresas por tipos
5	Pessoal ocupado por ano de fundação da empresa
6	Pessoal ocupado nas indústrias de transformação
7	Pessoal ocupado no comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos
8	Tipos de cultura/área cultivada
9	Principais produtos da pecuária
10	Principais fazendas
11	Principais indústrias
12	População urbana e rural
13	Taxa de urbanização
14	Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População
15	Demografia 2000 (população masculina e feminina)
16	Taxa de natalidade
17	IDHM comparativo
18	Pessoas responsáveis pelos domicílios
19	Educação: taxa de analfabetismo e número médio de anos do chefe de domicílio
20	Quadro comparativo das taxas de analfabetismo
21	Matrículas em Educação Infantil 2000/2001/2002
22	Matrículas da Creche Imaculada Conceição
23	Matrículas no Ensino Fundamental por abrangência geográfica - 2000/2001/2002
24	Matrículas na EMEF Maria Hermínia Rüegg Ravanini
25	Matrículas na EMEF Maria Aparecida De Carli Felipe
26	Matrículas na EE Dr. Luiz Narciso Gomes -2003
27	Matrículas na EE Dr. Luiz Narciso Gomes -2003 - por turno
28	Estabelecimentos de Ensino segundo rede mantenedora
29	Estabelecimentos de Ensino segundo rede mantenedora, atendimento e região
30	Taxas de aproveitamento escolar por abrangência geográfica - 2000 / 2001
31	Índice de aproveitamento na EE Dr. Luiz Narciso Gomes - 2000
32	Índice de aproveitamento na EE Dr. Luiz Narciso Gomes - 2001
33	Índice de aproveitamento na EE Dr. Luiz Narciso Gomes - 2002
34	Idade Mediana Total - 2002
35	Distorção Idade-Série - 2002
36	Número médio de alunos por turma - 2002
37	Formação dos docentes da rede municipal de S.C.C.
38	Formação das pajes da rede municipal de S.C.C.
39	Transporte escolar
40	Merenda escolar
41	Dinheiro Direto na Escola
42	Receitas resultantes de impostos - exercício 2000
43	Despesas por funções e programa de governo - 2000
44	Despesas por funções e programa de governo c/recursos do FUNDEF e Receita Própria - 2000
45	Despesas por funções e programa de trabalho / natureza de despesa - 2000
46	Resumo consolidado - 2001
47	Resumo consolidado - 2002

48 População feminina e masculina de zero a dezenove anos

**Gráficos**

- 1 Número de domicílios - 2000
- 2 Área cultivada/ principais produtos agrícolas
- 3 População
- 4 Pirâmide Etária
- 5 Taxa de natalidade
- 6 Pessoas responsáveis pelos domicílios
- 7 Matrículas em Educação Infantil
- 8 Matrículas no Ensino Fundamental
- 9 Índice de aproveitamento escolar de 1ª a 4ª séries em SCC - 2000 e 2001
- 10 Índice de aproveitamento escolar de 5ª a 8ª séries em SCC -2000
- 11 Índice de aproveitamento escolar de 5ª a 8ª séries em SCC -2001
- 12 Índice de aproveitamento escolar de 5ª a 8ª séries em SCC -2002
- 13 Receita de impostos
- 14 Aplicação mínima obrigatória
- 15 Aplicação total à maior
- 16 Fundef
- 17 Quadro comparativo do Fundef e Receitas próprias